

Fortbras Autopeças S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Fortbras Autopeças S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fortbras Autopeças S.A. e Controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fortbras Autopeças S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de julho de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	104.188	13.100	155.610	39.216	Fornecedores	11	136.462	52.443	220.105	135.886
Contas a receber de clientes	6	136.558	75.153	241.290	169.807	Impostos e contribuições a recolher		4.412	2.362	12.786	8.188
Estoques	7	220.612	141.273	435.726	295.540	Imposto de renda e contribuição social a recolher		640	-	6.005	4.830
Impostos a recuperar		10.039	5.874	14.987	13.179	Obrigações e encargos trabalhistas	12	25.639	13.467	38.758	21.126
Despesas antecipadas		592	308	596	1.176	Partes relacionadas	13	58.026	94.887	-	-
Outros créditos		8.314	170	16.628	2.345	Contas a pagar por aquisição de controladas	14	143.853	4.262	142.339	4.262
		480.303	235.878	864.837	521.263	Arrendamento mercantil a pagar	15	11.903	6.134	17.815	16.569
						Empréstimos e financiamentos	16	1.467	-	1.467	-
						Ações resgatáveis		15.551	-	15.551	-
						Dividendos a pagar	19.c	2.723	-	2.723	-
						Adiantamento de clientes		4.059	-	4.801	-
						Outros passivos		5.081	2.665	5.454	8.818
								409.816	176.220	467.804	199.680
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Contas a pagar por aquisição de controladas	14	182.928	285.832	179.048	285.390
Outros créditos		2.879	750	3.034	3.957	Ações resgatáveis		-	15.551	-	15.551
Partes relacionadas	13	28	10.024	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	188.255	-	188.255	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	56.186	68.621	66.913	80.451	Provisão para riscos	17	21.291	12.879	24.301	26.092
		59.093	79.395	69.947	84.408	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	16.635	-	16.643
Investimentos em controladas	8	698.648	548.567	-	-	Arrendamento mercantil a pagar	15	29.171	13.564	53.617	37.780
Imobilizado e direito de uso	9	74.998	29.183	137.482	81.803	Outros passivos		865	-	865	245
Intangível	10	110.111	59.606	432.451	325.854			422.510	344.461	446.086	381.701
		883.757	637.356	569.933	407.657						
						Total do passivo		832.326	520.681	913.890	581.381
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	19.a	70.318	55.285	70.318	55.285
						Reserva de capital	19.e	518.051	382.948	518.051	382.948
						Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	19.b	7.058	(1.685)	7.058	(1.685)
						Ações em tesouraria	19.d	(4.600)	(4.600)	(4.600)	(4.600)
								590.827	431.948	590.827	431.948
TOTAL DO ATIVO		1.423.153	952.629	1.504.717	1.013.329	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.423.153	952.629	1.504.717	1.013.329

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	20	810.701	545.645	1.643.306	1.183.627
Custo das mercadorias vendidas	21	(565.089)	(397.870)	(1.133.179)	(841.657)
LUCRO BRUTO		<u>245.612</u>	<u>147.775</u>	<u>510.127</u>	<u>341.970</u>
Despesas de vendas	21	(43.374)	(33.278)	(95.638)	(71.594)
Administrativas e gerais	21	(153.911)	(106.087)	(276.139)	(192.209)
Despesas com depreciação e amortização	21	(14.147)	(7.254)	(25.326)	(20.752)
Amortização da mais valia	21	(37.532)	(26.914)	(37.532)	(27.276)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	35.166	4.397	20.073	11.388
Resultado de equivalência patrimonial	21	<u>42.800</u>	<u>54.065</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(170.998)</u>	<u>(115.071)</u>	<u>(414.562)</u>	<u>(300.443)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		<u>74.614</u>	<u>32.704</u>	<u>95.565</u>	<u>41.527</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	17.941	3.358	25.490	7.408
Despesas financeiras	23	(20.854)	(7.490)	(26.832)	(9.208)
Ajuste a valor presente - aquisição de controladas	23	<u>(49.515)</u>	<u>(23.137)</u>	<u>(49.515)</u>	<u>(25.406)</u>
		<u>(52.428)</u>	<u>(27.269)</u>	<u>(50.857)</u>	<u>(27.206)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>22.186</u>	<u>5.435</u>	<u>44.708</u>	<u>14.321</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(3.626)	-	(28.483)	(19.953)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>(7.094)</u>	<u>15.084</u>	<u>(4.759)</u>	<u>26.151</u>
		<u>(10.720)</u>	<u>15.084</u>	<u>(33.242)</u>	<u>6.198</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>11.466</u>	<u>20.519</u>	<u>11.466</u>	<u>20.519</u>
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	19.c	0,12	0,25	0,12	0,25

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	11.466	20.519	11.466	20.519
Total dos resultados abrangentes	<u>11.466</u>	<u>20.519</u>	<u>11.466</u>	<u>20.519</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora e Consolidado						Total
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros		Prejuízos acumulados	
					Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		55.285	382.652	-	-	992	(20.757)	418.172
Ações em tesouraria	19.d	-	-	(4.600)	-	-	-	(4.600)
Plano de opções de ações	19.f	-	296	-	-	-	-	296
Efeitos de adoção inicial - Operações de Arrendamento Mercantil	2.7	-	-	-	-	-	(2.439)	(2.439)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	20.519	20.519
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		55.285	382.948	(4.600)	-	992	(2.677)	431.948
Aumento de capital	19.a	15.033	134.967	-	-	-	-	150.000
Plano de opções de ações	19.f	-	136	-	-	-	-	136
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.466	11.466
Dividendos a pagar	19.c	-	-	-	-	-	(2.723)	(2.723)
Destinação para Reservas	19.b	-	-	-	573	5.493	(6.066)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		70.318	518.051	(4.600)	573	6.485	-	590.827

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	11.466	20.519	11.466	20.519
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	51.679	34.168	62.858	48.028
Resultado de equivalência patrimonial	(42.800)	(54.065)	-	-
Provisão para estoques obsoletos	(221)	19	(2.590)	(4.201)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(770)	7.422	2.158	13.111
Provisão para riscos	(4.530)	(3.719)	(4.720)	(3.719)
Provisão de PLR	4.304	5.834	4.245	5.893
Baixa de ativo imobilizado e intangível	5.355	-	19.085	-
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferidos	7.094	(15.084)	4.759	(26.151)
Ajuste a valor presente e juros - aquisição de controladas	49.515	23.137	49.515	25.406
Despesas financeiras sobre empréstimos	11.593	-	11.593	-
Despesas financeiras sobre arrendamentos	2.967	1.414	5.427	4.500
Ganho por compra vantajosa	(11.361)	-	(11.361)	-
Varição nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(13.580)	(1.984)	(14.194)	(25.971)
Estoques	(8.112)	(919)	3.211	(40.661)
Impostos a recuperar	555	(771)	(1.808)	-
Outros créditos e despesas antecipadas	15.818	(3.277)	(4.370)	5.403
Depósitos judiciais	-	135	90	1.455
Fornecedores e outras contas a pagar	23.962	4.371	49.343	39.868
Impostos e contribuições a recolher	2.400	1.356	31.978	21.175
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	1.695	(4.090)	1.452	(6.598)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	107.029	14.466	218.137	78.057
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.530)	-	(25.609)	(15.942)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(5.387)	-	(5.387)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	99.112	14.466	187.141	62.115
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(15.969)	(3.617)	(37.183)	(10.789)
Aquisição de ativo intangível	(11.202)	(10.345)	(12.185)	(12.521)
Aquisição de investimentos em controladas, à vista	(157.697)	-	-	-
Aquisição de controlada, líquido de caixa adquirido	-	-	(141.582)	(6.665)
Caixa recebido através de incorporação de controladas	19.056	762	-	-
Amortizações - contas a pagar aquisição de controlada	(193.817)	(4.000)	(193.817)	(4.000)
Aumento de capital em controladas	(9.000)	-	-	-
Partes relacionadas	37.469	22.418	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(331.160)	5.218	(384.767)	(33.975)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	150.000	-	150.000	-
Captação de debêntures, líquida de custos de estruturação	137.674	-	137.674	-
Captação de empréstimos	50.000	-	50.000	-
Compra de ações em tesouraria	-	(4.600)	-	(4.600)
Pagamentos - operações de arrendamento mercantil	(14.674)	(5.093)	(23.790)	(16.896)
Juros pagos sobre contas a pagar por aquisições	-	(291)	-	(291)
Venda de opções de ações	136	296	136	296
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	323.136	(9.688)	314.020	(21.491)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	91.088	9.996	116.394	6.649
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.100	3.104	39.216	32.567
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	104.188	13.100	155.610	39.216
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	91.088	9.996	116.394	6.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA				
Venda de mercadoria, produtos e serviços	851.652	572.031	1.736.872	1.253.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(770)	7.422	2.158	13.111
Outras receitas operacionais, líquidas	35.166	4.397	20.073	11.388
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos das mercadorias vendidas	(568.860)	(397.756)	(1.174.680)	(850.554)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.943)	(30.453)	(124.667)	(80.817)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>279.245</u>	<u>155.641</u>	<u>459.756</u>	<u>346.955</u>
Depreciação e amortização	(51.679)	(34.168)	(62.858)	(48.028)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>227.566</u>	<u>121.473</u>	<u>396.898</u>	<u>298.927</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	42.800	54.065	-	-
Receitas financeiras	17.941	3.358	25.490	7.408
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>288.307</u>	<u>178.896</u>	<u>422.388</u>	<u>306.335</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e Encargos:				
Remuneração direta	89.030	61.238	156.601	106.254
Benefícios	18.519	14.877	27.099	20.273
FGTS	6.455	4.374	12.272	8.854
	<u>114.004</u>	<u>80.489</u>	<u>195.972</u>	<u>135.381</u>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES				
Federais	65.594	37.446	85.409	63.777
Estaduais	11.572	4.156	27.822	33.998
Municipais	628	566	1.562	1.150
	<u>77.794</u>	<u>42.168</u>	<u>114.793</u>	<u>98.925</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS				
Juros	20.854	7.490	26.832	10.946
Ajuste a valor presente	49.515	23.137	49.535	23.668
Aluguéis	14.674	5.093	23.790	16.896
	<u>85.043</u>	<u>35.720</u>	<u>100.157</u>	<u>51.510</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS				
Lucros retidos	11.466	20.519	11.466	20.519
	<u>11.466</u>	<u>20.519</u>	<u>11.466</u>	<u>20.519</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>288.307</u>	<u>178.896</u>	<u>422.388</u>	<u>306.335</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

FORTBRAS AUTOPEÇAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fortbras Autopeças S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Manuel Bandeira, 291 - Bloco D - 1º Piso - Vila Leopoldina, São Paulo - SP.

A Companhia tem como objeto social o comércio, em atacado ou varejo, importação e exportação de peças e acessórios para veículos automotores. O seu acionista controlador é o Stuttgart Investimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, localizado no Brasil, o qual, por sua vez é administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda, também localizada no Brasil.

A Companhia tem expandido suas operações por meio de aquisições realizadas nos últimos anos, e vem racionalizando sua estrutura societária com a incorporação de diversas controladas. Conforme descrito na nota explicativa nº 8:

- Em 2020, a Companhia adquiriu o controle das sociedades: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia, Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. - Amazonas, Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre, Rondobras Autopeças Ltda. - Roraima e Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso.
- Em 2019, a Companhia adquiriu o controle da BHZ Peças Ltda.

A análise da evolução da posição financeira e resultados das operações deve levar em conta essas operações.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis da Companhia são demonstradas a seguir. Destaque-se que a partir de 31 de dezembro de 2020 a Companhia passou a adotar voluntariamente a divulgação das informações demonstradas abaixo, incluindo os respectivos valores comparativos:

- Demonstração do valor adicionado (vide nota explicativa nº 2.16).
- Segmentos operacionais (vide notas explicativas nº 2.17 e nº 22).

2.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, é o real - R\$.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, adota-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

2.3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Fortbras Autopeças S.A. (“Controladora”) e de suas controladas conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

2.4. Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – “Combinação de Negócios”. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por, se aplicável:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 – Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) – Benefícios aos empregados).
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamentos Baseados em Ações - na data de aquisição (vide a seguir).
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 (CPC 31 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não há contraprestação contingente para as aquisições efetuadas.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima) ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As transações de aquisições de negócios são demonstradas na nota explicativa nº 8.

2.5. Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito acima.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada unidade geradora de caixa (“UGC”) que irá se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa aos quais o ágio foi alocado são submetidas no mínimo anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável de determinada UGC identificada no contexto das combinações de negócios for menor que o seu valor contábil (“carrying amount”), a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa e, posteriormente, aos outros ativos da do Grupo, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Se aplicável, eventuais perdas por redução ao valor recuperável do ágio serão reconhecidas no resultado do exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia colocou em prática seu plano de incorporações de controladas, reorganizando, portanto, tanto a sua estrutura societária quanto a estrutura de reporte. Consequentemente, Administração da Companhia decidiu efetuar a seguinte alteração na composição das unidades geradoras de caixa às quais o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O “goodwill” passou a ser alocado para as UGCs “varejo”, “atacado” e “e-commerce” ao invés da alocação praticada anteriormente, a qual considerava cada “bandeira” do Grupo como unidades geradoras de caixa. Vide nota explicativa nº 8.

2.6. Reconhecimento de receita

Venda de mercadorias

A Companhia comercializa peças e acessórios para veículos automotores, no atacado e varejo, por meio de seus próprios pontos de venda, via telefone, aplicativos de vendas e *e-commerce*. A receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda, ou quando a mercadoria é enviada ao cliente. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias e os riscos e benefícios são transferidos.

As garantias dadas aos consumidores correspondem àquelas determinadas pela legislação aplicável no Brasil, sendo que em caso de devolução por defeitos de fabricação, a Companhia possui o direito de obter a substituição pelos seus fornecedores.

Serviços de instalação

A Companhia fornece serviços de instalação de diversos produtos por ela comercializados. O pagamento pelos serviços de instalação é devido pelo cliente quando os serviços de instalação são concluídos. A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço prestado, que geralmente ocorre no mesmo dia de sua contratação.

2.7. Arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma substituiu a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil”, onde arrendatários de imóveis passam a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Fora do escopo dessa nova norma ficaram apenas contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactaram as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, conforme apresentado a seguir: (a) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento; (b) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado, e; (c) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Em 2019, como método de transição ao novo pronunciamento, a Administração optou pela abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de sua aplicação inicial registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido - conta Lucros Acumulados - e sem a reapresentação de períodos comparativos. O efeito líquido no patrimônio líquido foi negativo em R\$2.439.

A Administração da Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados à taxa de juros aplicável, na data, a financiamentos incrementais da Companhia. Esta taxa representa o custo de financiamentos de bens com características semelhantes e prazos semelhantes àqueles relacionadas às operações de arrendamento mercantil. De acordo com contratos de arrendamento, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários, entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber, e pagamentos variáveis que dependem de um índice ou uma taxa.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do ciclo de negócios e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice de reajuste, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial, sendo depreciados durante o período de arrendamento, e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 9.

O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

2.8. Tributos sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base na alíquota combinada de 25% para IRPJ (“Imposto de Renda Pessoas Jurídicas”), incluindo adicional de 10% sobre base tributável superior a R\$240 mil no ano); e 9% para CSLL (“Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”) conforme a legislação tributária vigente no Brasil.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis, conforme citado acima. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados (apresentados pelo valor líquido) quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição ou ao seu valor recuperável, se aplicável. A depreciação é reconhecida de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de depreciação são informadas na nota explicativa nº 9.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, sendo que as taxas de amortização são demonstradas na nota explicativa nº 10.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável.

2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos necessários para efetuar a comercialização, venda e distribuição dos estoques. Os custos são compostos pelos custos de aquisição da mercadoria a ser revendida, impostos não recuperáveis, crédito de impostos sobre compras, bem como custos gerais incorridos, tais como fretes para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio e alocados ao resultado.

2.12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.12.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado.

2.12.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Contas a receber de clientes representa o principal ativo financeiro da Companhia, para as quais a Companhia reconhece perdas de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) sobre os valores em aberto, por meio de matriz de probabilidade de inadimplência com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustada por fatores conjunturais eventualmente capturados pela Administração da Companhia no decorrer de cada exercício social. No julgamento da Administração, o risco de crédito do grupo de contas a receber de clientes é baixo, uma vez que:

- (1) Historicamente este instrumento financeiro apresenta risco baixo de inadimplência, sendo que os valores não recuperáveis até 360 dias representam 1,24% do total de contas a receber em 31 de dezembro de 2020. A Companhia entende que não há risco de crédito no e-commerce haja vista toda a venda ser feita no cartão de crédito / débito ou com pagamento antecipado. Vide nota explicativa nº 6.
- (2) A Administração da Companhia implementou atividades de controles internos que asseguram análise e aprovação de crédito para vendas a prazo. Os devedores apresentam, em geral, capacidade suficiente de cumprir suas obrigações no curto prazo.

- (3) O perfil da carteira de clientes não apresenta contas a receber com prazos médios de vencimento alongados acima de 45 dias, em média. Portanto, a Administração da Companhia acredita que mudanças adversas nas condições econômicas e de negócios no longo prazo não impactam no perfil do grupo de contas a receber.

Além do reconhecimento das perdas de crédito de liquidação duvidosa citadas acima, a Administração da Companhia reconhece provisão de perda de 100% de saldo de contas a receber relacionadas a clientes com saldos em aberto há mais de 360 dias e para devedores que tenham eventualmente decretado falência ou recuperação judicial no decorrer de determinado exercício social.

2.12.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

2.13. Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.15. Plano de Opção de Compra de Ações – “Stock Options”

Os planos de “stock options” são mensurados pelo valor justo nas respectivas datas de outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das “stock options” e os efeitos subsequentes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19.

2.16. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como informação suplementar às suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

Em sua primeira parte a DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de produtos para revenda, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.17. Informações por Segmento

Em conformidade com o CPC 22(IFRS 8), a gestão da Companhia analisa seus resultados operacionais levando em conta a complexidade trazida pelo porte e diversidade de seus negócios, exigindo estratégias diferenciadas de alcance do mercado potencial que se deseja atingir. O processo de tomada de decisão é orientado com foco na gestão desses segmentos, assim como à alocação de investimentos e recursos. Nossas marcas e bandeiras são conhecidas, nossa amplitude geográfica é extensa e nossa linha de produtos é diversificada, sempre requerendo atenção gerencial, mas não são fatores que aconselhem foco estratégico diferenciado.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão generalizada do comércio eletrônico determinam nosso foco em estratégias diferenciadas em 3 segmentos de negócios: **varejo, atacado e “e-commerce”**. A Administração, na figura do Comitê de Gestão Executiva (o principal gestor das operações da entidade), monitora separadamente os resultados operacionais de cada segmento operacional para tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

As informações por segmentos são demonstradas na nota explicativa nº 22.

2.18. Ajuste a valor presente (“AVP”)

No reconhecimento inicial e mensuração de determinados passivos a Companhia aplica o conceito de AVP conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”. A principal rubrica impactada por esse conceito refere-se às contas a pagar por aquisição de controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº14.

3. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS

3.1. Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16: concessões de aluguel relacionados à Covid-19

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Avaliação da Administração

A Companhia renegociou contratos vigentes por conta da Covid-19, porém tais concessões levaram ao diferimento no pagamento de aluguéis sem que fossem reduzidos. Não houve modificações contratuais quanto ao prazo, ou valor total do contrato. Portanto a alteração à IFRS 16 não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. Impacto da adoção inicial de outras normas, IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo adotou as alterações a seguir às Normas e Interpretações IFRS emitidas pelo IASB em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

<p><i>Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS</i></p>	<p>O Grupo adotou as alterações incluídas nas <i>Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS</i> pela primeira vez no exercício corrente. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova <i>Estrutura</i>. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na <i>Estrutura</i> de modo que elas se referem à <i>Estrutura Conceitual</i> revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da <i>Estrutura</i> eles se referem (a <i>Estrutura</i> do IASC adotada pelo IASB em 2001, a <i>Estrutura</i> do IASB de 2010, ou a nova <i>Estrutura</i> revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na <i>Estrutura Conceitual</i> revisada.</p> <p>As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.</p>
<p><i>Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios</i></p>	<p>O Grupo adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.</p> <p>As alterações excluem a avaliação sobre se os participantes de mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos em falta e continuar a produzir produtos. As alterações também introduzem orientações adicionais que ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido.</p> <p>As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.</p> <p>As alterações são aplicáveis prospectivamente a todas as combinações de negócios e aquisições de ativos para os quais a data de aquisição cai em ou após 1º de janeiro de 2020.</p>

<p><i>Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material</i></p>	<p>O Grupo adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS.</p> <p>O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.</p> <p>O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de ‘possível influência’ para ‘possível influenciaraçoável’.</p> <p>A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1.</p> <p>Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a <i>Estrutura Conceitual</i> que contém uma definição de material ou faz referência ao termo ‘material’ para garantir consistência.</p>

3.3. IFRSs novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual Imobilizado - Recursos
Alterações à IAS 16	Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 – Agricultura

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia em períodos futuros.

4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais fontes de incerteza nas estimativas

A administração da Companhia durante o processo de aplicação das políticas contábeis do grupo, estabelece estimativas que afetam as demonstrações financeiras reportadas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (ágio), teste de recuperabilidade de ativos não financeiros, valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios, provisão de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") e provisão para riscos.

Em relação a estas estimativas existem incertezas, destacando-se o efeito decorrente da pandemia da Covid-19, os quais comentamos a seguir.

4.1.1. COVID-19

A pandemia do novo Coronavírus instalou-se oficialmente no Brasil em 29 de fevereiro de 2020, quando foram reportados os primeiros casos pelo Ministério da Saúde. Em menos de dois meses, a seriedade da crise de saúde pública é visível e seus efeitos econômicos são considerados sérios. O ponto comum dessas previsões é o reconhecimento da incerteza sobre como evoluirá a pandemia, e por quanto tempo o isolamento social será recomendado ou imposto.

Em março/2020 devido à pandemia de Covid-19 as operações das lojas, centros de distribuição e áreas corporativas tiveram suas operações substancialmente interrompidas. Em Abril/2020 as operações começaram a ser retomadas de forma gradual com a reabertura de nossas operações, pelo fato de atuarmos no varejo e atacado de autopeças para veículos automotores, atividade considerada essencial pelas autoridades. Assim nossas lojas voltaram inicialmente a operar na modalidade de vendas por telefone e aplicativos, sendo as entregas realizadas na modalidade de "retira na loja e delivery".

A Companhia reagiu rapidamente em seu planejamento financeiro desde os primeiros sinais da crise, adotando medidas de preservação de caixa que incluíram a captação de recursos, a renegociação de aluguéis, postergação de prazos com fornecedores, redução de compras, suspensão e redução da jornada de trabalho de colaboradores.

Nosso foco continua sendo a preservação da saúde de nossos colaboradores, clientes e parceiros, foram implementadas medidas e protocolos sanitários recomendados pelas autoridades em toda a nossa operação.

Apesar da pandemia, ao longo de todo o 2º. Semestre/2020 houve crescimento nas vendas a níveis superiores aos verificados pré-pandemia. Acreditamos que tenham sido decorrentes de diferentes fatores, como estratégias comerciais que possibilitaram maior disponibilidade de produtos frente aos concorrentes, revisão do modelo de crédito e cobrança para modelo estatístico proporcionando maior nível de venda sem aumentar o risco de crédito, distribuição geográfica das lojas em locais menos afetados pela pandemia, e atuação da Companhia para atender a demanda dos consumidores com o melhor nível de serviço possível. Apesar de todo o cenário desafiador, a Companhia abriu 9 novas lojas em 2020.

Nossas projeções indicam que, no pior cenário de retomada dos negócios que as atuais circunstâncias indicam, a Companhia não sofrerá problemas de liquidez e, portanto, não corre o risco de descontinuidade operacional. Até este momento da pandemia não há indicações objetivas de perdas definitivas de crédito, cenário que depende da extensão e abrangência da pandemia, inclusive do sucesso do plano nacional de vacinação. Também, no cenário atual, não há dados que indiquem perda permanente de rentabilidade que possam indicar “impairment” de ativos.

A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos da crise do COVID-19.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	855	206	1.855	1.091
Bancos contas corrente	5.648	544	14.912	763
Aplicações financeiras	97.685	12.350	138.843	37.362
	<u>104.188</u>	<u>13.100</u>	<u>155.610</u>	<u>39.216</u>

As aplicações financeiras são automáticas em CDB - certificados de depósitos bancários com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valor. Todas as aplicações financeiras foram estruturadas para ter característica e rendimento de títulos de renda fixa, com remuneração média de 90% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.b).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	167.419	91.002	279.434	202.993
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(30.861)	(15.849)	(38.144)	(33.186)
	<u>136.558</u>	<u>75.153</u>	<u>241.290</u>	<u>169.807</u>

A maioria dos clientes são consumidores finais, frotas de empresas de transporte, instaladores e oficinas mecânicas. O prazo médio de recebimento de clientes é em torno de 53 dias e 52 dias em 2020 e 2019, respectivamente.

As contas a receber apresentam a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	121.181	71.256	182.726	151.821
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	4.022	1.637	26.491	9.985
De 31 a 60 dias	848	1.310	7.217	4.331
De 61 a 90 dias	8.345	950	21.023	3.670
Acima de 90 dias	33.023	15.849	41.977	33.186
	<u>167.419</u>	<u>91.002</u>	<u>279.434</u>	<u>202.993</u>

Como regra geral, as perdas em recebíveis de clientes refletem, ao longo do tempo, as políticas de crédito e cobrança da Companhia, assim como ações específicas de gestão de inadimplência, inclusive renegociações de prazos e condições. Essa correlação permite e justifica a adoção de uma base estatística de perdas reais do passado recente para estimar as perdas esperadas na base atual de contas a receber por meio de matriz de provisão baseada na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) buscando estabelecer a melhor estimativa contábil da perda de crédito esperada ao longo do tempo, as referidas práticas estão mencionadas a seguir:

- As bases estatísticas da estimativa de perdas são resultado da evolução, durante 13 meses, das cobranças mensais sucessivas das contas a receber de clientes, segregada por “Fases”, sendo que cada “Fase” mensal equivale ao total das contas a receber naquele mês, com vencimento no mês seguinte. A base é construída a partir da análise mensal consecutiva de idade das contas a receber (“aging list”).
- Essa sistemática é aplicada durante 13 meses consecutivos, quando se pode presumir que cobranças subsequentes serão de montante desprezível. Ao final desse período, a perda de crédito em cada fase será o resultado da multiplicação dos 13 percentuais de rolagem.
- O cálculo do saldo a provisionar é a multiplicação do coeficiente de perda (média móvel últimos 6 meses) sobre a carteira de recebíveis em aberto até 360 dias.

A Companhia concluiu com base nesta análise interna, que o modelo atualmente utilizado reflete adequadamente as perdas esperadas, capaz de capturar os riscos de inadimplência incorridos. Os valores não recuperáveis estimados na provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de até 360 dias representam: 1,27% no Varejo e 0,43% no Atacado. No e-commerce não há expectativas de perdas relevantes visto que grande parte das compras são feitas por meio de cartões de crédito.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	(15.849)	(2.414)	(33.186)	(15.137)
(Adição)/Reversão de provisão	770	(12.254)	(2.158)	(17.854)
Adição de provisão - controladas adquiridas	-	-	(2.800)	(195)
Adição de provisão - controladas incorporadas (Nota nº 8)	(15.782)	(1.181)	-	-
Saldo no final do período	<u>(30.861)</u>	<u>(15.849)</u>	<u>(38.144)</u>	<u>(33.186)</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda	222.501	142.181	461.747	299.968
Provisão para obsolescência	(1.889)	(908)	(26.021)	(4.428)
	<u>220.612</u>	<u>141.273</u>	<u>435.726</u>	<u>295.540</u>

A provisão para perda com estoques obsoletos foi constituída para itens sem movimentação há mais de 24 meses, refletindo o histórico de negócios da Companhia. A movimentação da provisão para perda de estoques obsoletos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	(908)	(720)	(4.428)	(10.958)
(Adição) Reversão de provisão, líquida	221	(19)	2.590	11.731
Adição de provisão - controladas adquiridas	-	-	(24.183)	(5.201)
Adição de provisão - controladas incorporação	(1.202)	(169)	-	-
Saldo no final do período	<u>(1.889)</u>	<u>(908)</u>	<u>(26.021)</u>	<u>(4.428)</u>

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Os valores relacionados aos investimentos em controladas são conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2020	12/31/2019
Patrimônio Líquido	371.419	279.641
Mais-Valia de ativos	129.472	86.210
União - Relacionamento de clientes	29.572	34.577
União - Não concorrência	32.152	39.607
Rondobras - Relacionamento de clientes	23.336	-
Rondobras - Marca	39.090	-
Rondobras - Ativo fixo	5.322	-
Demais empresas - Relacionamento de clientes e marca	-	12.026
Ágio ("Goodwill")	197.757	182.716
União	137.492	137.492
Rondobras	60.265	-
Menil	-	39.150
Demais empresas	-	6.074
	<u>698.648</u>	<u>548.567</u>

O quadro abaixo apresenta um sumário das participações societárias nas empresas controladas pela Companhia (“Controladora”):

	Participação		Investimento em controladas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total Distribuidora de Moto Peças Ltda. ⁽¹⁾	0,00%	0,00%	-	-
Menil Comércio de Peças Ltda. ⁽⁵⁾	0,00%	100,00%	-	39.492
União Participações S.A. ⁽¹⁾⁽³⁾	0,00%	0,00%	-	-
Ambra Logística Ltda. ⁽²⁾	100,00%	100,00%	4.955	4.969
Ambra Comercio de Pneus Salvador Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	572
Atacado União Ltda. ⁽²⁾	100,00%	100,00%	107.482	93.709
Ambra Importadora e Exportadora Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	17.284
Ambra Pneus Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	1.524
Hipervarejo Ltda. ⁽²⁾	100,00%	100,00%	5.121	5.782
União Peças Vila Velha Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	10.995
Ambra Pneus Campo Grande Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	110
Ambra Pneus Ribeirão Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	150
Ambra Pneus Linhares Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	791
Ambra Pneus Vila Velha Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	497
Ambra Pneus Serra Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	1.282
União Peças Vitória Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	1.653
União Peças Betim Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	2.047
União Peças Teixeira Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	5.507
União Peças Eunápolis Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	3.053
União Peças Recôncavo Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	2.315
União Peças Itabuna Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	5.228
União Peças Feira de Santana Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	3.662
União Peças Colatina Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	4.556
União Peças Divinópolis Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	1.363
União Peças Cachoeiro Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	8.516
União Peças Itaperuna Ltda. ⁽²⁾	100,00%	100,00%	2.581	2.191
Multipeças Carapina Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	5.834
Multipeças Guarapari Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	3.059
Multipeças Campo Grande Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	3.987
Multipeças São Mateus Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	3.705
Multipeças Aracruz Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	2.629
Multipeças Iconha Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	4.283
União Peças Linhares Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	4.297
União Comércio de Peças Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	8.206
União Distribuidora de Peças Jardim Limoeiro Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	13.535
União Peças Viana Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	4.110
União Distribuidora de Peças Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	3.980
Multipeças Guarus Ltda. ⁽²⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	2.522
BHZ Peças Ltda. ⁽⁴⁾⁽¹⁵⁾	0,00%	100,00%	-	2.246
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda- Rondônia ⁽⁶⁾	100,00%	0,00%	119.595	-
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas ⁽⁶⁾	100,00%	0,00%	71.121	-
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre ⁽⁶⁾	100,00%	0,00%	27.527	-
Auto Peças Rondobras Ltda - Roraima ⁽⁶⁾	100,00%	0,00%	18.209	-
Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso ⁽⁶⁾	100,00%	0,00%	15.082	-
			371.419	279.641

(1) Controlada incorporada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(2) Em 31 de dezembro de 2018, refere-se a entidades sobre as quais controladora detinha controle indireto.

(3) Controlada adquirida no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(4) Controlada adquirida no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(5) Controlada incorporada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(6) Controlada adquirida no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020 (controladas)

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro Líquido
Menil Comércio de Peças Ltda(a)	-	-	-	-	-	-	-
Ambra Logística Ltda	493	5.784	483	839	4.955	-	227
Ambra Comercio de Pneus Salvador Ltda(a)	-	-	-	-	-	3.885	(891)
Atacado União Ltda	172.794	36.356	91.494	10.173	107.228	386.521	10.091
Ambra Importadora e Exportadora Ltda(a)	-	-	-	-	-	-	-
Ambra Pneus Ltda(a)	-	-	-	-	-	2.491	(160)
Hipervarejo Ltda	12.452	236	7.562	5	5.121	85.405	(655)
União Peças Vila Velha Ltda(a)	-	-	-	-	-	3.926	501
Ambra Pneus Campo Grande Ltda(a)	-	-	-	-	-	1.463	(327)
Ambra Pneus Ribeirão Ltda(a)	-	-	-	-	-	-	(12)
Ambra Pneus Linhares Ltda(a)	-	-	-	-	-	1.396	(164)
Ambra Pneus Vila Velha Ltda(a)	-	-	-	-	-	389	9
Ambra Pneus Serra Ltda(a)	-	-	-	-	-	3.803	(71)
União Peças Vitória Ltda(a)	-	-	-	-	-	496	38
União Peças Betim Ltda(a)	-	-	-	-	-	3.487	28
União Peças Teixeira Ltda(a)	-	-	-	-	-	5.890	163
União Peças Eunápolis Ltda(a)	-	-	-	-	-	5.051	294
União Peças Recôncavo Ltda(a)	-	-	-	-	-	-	-
União Peças Itabuna Ltda(a)	-	-	-	-	-	2.988	231
União Peças Feira de Santana Ltda(a)	-	-	-	-	-	1.311	101
União Peças Colatina Ltda(a)	-	-	-	-	-	1.751	251
União Peças Divinópolis Ltda(a)	-	-	-	-	-	3.043	67
União Peças Cachoeiro Ltda(a)	-	-	-	-	-	6.209	626
União Peças Itaperuna Ltda	2.771	827	634	383	2.581	4.338	393
Multipeças Carapina Ltda(a)	-	-	-	-	-	2.160	213
Multipeças Guarapari Ltda(a)	-	-	-	-	-	3.610	345
Multipeças Campo Grande Ltda(a)	-	-	-	-	-	1.549	108
Multipeças São Mateus Ltda(a)	-	-	-	-	-	2.147	172
Multipeças Aracruz Ltda(a)	-	-	-	-	-	-	-
Multipeças Iconha Ltda(a)	-	-	-	-	-	1.598	126
União Peças Linhares Ltda(a)	-	-	-	-	-	1.373	82
União Comércio de Peças Ltda(a)	-	-	-	-	-	17.252	(3.124)
União Distribuidora de Peças Jardim Limoeiro Ltda(a)	-	-	-	-	-	6.179	380
União Peças Viana Ltda(a)	-	-	-	-	-	2.371	272
União Distribuidora de Peças Ltda(a)	-	-	-	-	-	1.627	150
Multipeças Guarus Ltda(a)	-	-	-	-	-	5.325	115
BHZ Peças Ltda(a)	-	-	-	-	-	6.627	(329)
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia(b)	113.531	38.474	28.443	3.967	119.595	233.442	16.445
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas(b)	69.267	26.164	18.561	5.749	71.121	120.223	10.050
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre(b)	27.547	7.490	6.567	943	27.527	42.589	3.176
Auto Peças Rondobras Ltda - Roraima(b)	19.142	3.851	3.052	1.732	18.209	31.032	3.101
Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso(b)	17.787	1.064	3.769	-	15.082	18.044	778
	<u>435.784</u>	<u>120.246</u>	<u>160.565</u>	<u>23.791</u>	<u>371.419</u>	<u>1.020.991</u>	<u>42.800</u>

(a) Controlada incorporada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Controlada adquirida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019 (controladas)

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro Líquido
Menil Comércio de Peças Ltda.	52.364	14.039	20.667	6.244	39.492	112.730	2.008
Total Distribuidora Moto Peças Ltda(a)	-	-	-	-	-	-	-
União Participações S.A(a)	-	-	-	-	-	-	-
Ambra Logística Ltda	285	11878	28	7168	4969	-85	(68)
Ambra Comercio de Pneus Salvador Ltda	2.724	514	2.249	415	572	5.219	(820)
Atacado União Ltda	167.167	29.453	96.816	6.096	93.710	363.412	15.860
Ambra Importadora e Exportadora Ltda	5.010	13.168	372	522	17.283	-	409
Ambra Pneus Ltda	2.443	822	1.180	561	1.524	4.989	160
União Peças Vila Velha Ltda	8.503	6.411	3.323	594	10.995	23.829	3.647
Ambra Pneus Campo Grande Ltda	514	983	507	878	110	1808	(103)
Ambra Pneus Ribeirão Ltda	148	4	-	-	150	-	51
Ambra Pneus Linhares Ltda	868	602	274	405	790	1701	5
Ambra Pneus Vila Velha Ltda	2.292	547	1.971	371	497	3.625	233
Ambra Pneus Serra Ltda	2.185	1.613	1.516	1.000	1.282	5.371	282
União Peças Vitória Ltda	1.749	1.307	856	549	1.653	5.355	377
União Peças Betim Ltda	2.257	1.371	966	615	2.047	6.812	489
Hipervarejo Com. Varejista Prod. Auto. Ltda	17.443	292	11.746	207	5.782	69.009	3.101
União Peças Teixeira Ltda	5.186	2.191	1.414	458	5.507	9.627	1.113
União Peças Eunápolis Ltda	3.181	1.471	1.210	387	3.053	6.713	745
União Peças Recôncavo Ltda	2.365	1.249	861	440	2.315	5.936	416
União Peças Itabuna Ltda	4.045	2.901	1.141	577	5.228	13.940	1.832
União Peças Feira de Santana Ltda	2.628	2.109	706	369	3.662	9.105	1.074
União Peças Colatina Ltda	3.424	2.439	795	510	4.556	11.348	1.679
União Peças Divinópolis Ltda	1.446	1.339	691	733	1.363	4.752	384
União Peças Cachoeiro Ltda	5.165	5.161	1.124	686	8.516	13.601	1.821
União Peças Itaperuna Ltda	2.323	786	362	558	2.191	4.913	501
Multipeças Carapina Ltda	5.725	2.855	1.777	969	5.834	13.228	1.988
Multipeças Guarapari Ltda	2.722	1.700	994	369	3.059	7.382	1.162
Multipeças Campo Grande Ltda	3.857	2.086	1.198	760	3.987	9.863	1.497
Multipeças São Mateus Ltda	3.185	1.750	957	275	3.705	7.842	1.177
Multipeças Aracruz Ltda	2.750	906	800	229	2.629	5.784	841
Multipeças Iconha Ltda	6.619	767	2.670	435	4.283	9.509	1.613
União Peças Linhares Ltda	3.678	1.855	675	561	4.297	8.888	1.226
União Comércio de Peças Ltda	30.158	6.692	14.498	14.138	8.206	30.009	2.604
União Distribuidora de Peças Jardim Limoeiro Ltda	5.441	11.891	1.783	2.012	13.535	13.189	1.954
União Peças Viana Ltda	4.545	1.671	1.557	549	4.110	14.573	1.852
União Distribuidora de Peças Ltda	3.960	1.010	816	176	3.980	9.661	1.375
Multipeças Guarus Ltda	3.541	1.022	1.785	256	2.522	8.154	522
BHZ Peças Ltda.(b)	6.789	974	4.343	1.173	2.247	9.497	1.058
	378.685	137.829	184.628	52.245	279.641	831.289	54.065

A movimentação dos investimentos em controladas como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	453.739
Aquisição de controlada ⁽¹⁾	8.486
Resultado de equivalência patrimonial	54.065
Amortização de mais-valias	(16.433)
Incorporações de controladas ⁽²⁾	(175.622)
Adição de controladas indiretas: incorporação da União Participações S.A.	219.636
Reclassificação para o ativo intangível: incorporação	(2.021)
Outros	6.717
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>548.567</u>
Aquisições de controladas ⁽¹⁾	335.475
Aquisições – ganho por compra vantajosa ⁽³⁾	11.361
Aumentos de capital em controladas	9.000
Resultado de equivalência patrimonial	42.800
Amortização de mais-valias	(24.729)
Incorporações de controladas ⁽²⁾	(172.866)
Reclassificação para o ativo intangível: incorporação	(51.905)
Outros	945
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>698.648</u></u>

- (1) Contraprestação mensurada a valor presente, e líquida de garantias de contingências. Vide a seguir, na seção “aquisições de controladas”.
- (2) Refere-se a seção “Incorporações de controladas diretas e indiretas”.
- (3) Na aquisição da entidade Rondobras Autopeças Ltda - Roraima houve o reconhecimento de compra vantajosa, pois o valor da contraprestação foi menor do que os ativos líquidos adquiridos avaliados a valor justo. O valor da contraprestação foi determinado em transação de mercado com terceiros não relacionados à Companhia, e consta no contrato de compra e venda desta entidade. A avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos foi preparada em momento posterior por avaliador qualificado e independente da Companhia.

Aquisições de controladas

Prosseguindo em sua estratégia de expansão das operações, a Companhia realizou aquisições de novos negócios de distribuição de autopeças em 2020. Ao mesmo tempo, buscando racionalizar sua estrutura societária, procedeu à incorporação de diversas controladas, diminuindo a complexidade administrativa e custos associados. Essas operações estão descritas a seguir. Os valores a pagar por aquisição de controladas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são demonstrados na nota explicativa nº 14.

Aquisição em 2020

Em janeiro de 2020, a Companhia obteve o controle direto das seguintes sociedades: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia, Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. - Amazonas, Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre, Rondobras Autopeças Ltda. - Roraima e Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso, por meio da aquisição de 100% de seus capitais sociais.

As lojas estão distribuídas entre os estados de Rondônia, Amazonas, Acre, Roraima e Amapá na região norte, além de Mato Grosso na região centro-oeste. Com sede em Porto Velho - Rondônia, as empresas têm ampla presença na região e contam com 56 lojas comercializando autopeças mecânicas, elétricas e pneus tanto para linha leve, como para linha pesada.

	Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia	Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda	Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. - Acre	Auto Peças Rondobras Peças Ltda. - Mato Grosso	Rondobras Autopeças Ltda - Roraima	Total
Contraprestação de compra						
Valor pago à vista	86.355	46.990	15.200	7.200	1.952	157.697
Valor a ser pago em parcelas anuais ao longo de 6 anos (2021 a 2026)	112.312	61.488	19.475	9.225	2.500	205.000
Valor a ser pago em 3 parcelas vencíveis, corrigidas pelo IPCA no 3º, 4º e 5º ano (2023 a 2025)	12.012	2.040	4.140	1.380	720	20.292
	210.679	110.518	38.815	17.805	5.172	382.989
(-) Ajuste a valor presente	(25.052)	(13.311)	(4.527)	(2.093)	(598)	(45.581)
	185.627	97.207	34.288	15.712	4.574	337.408
(-) Garantias de contingências	(1.517)	-	(416)	-	-	(1.933)
Total da contraprestação, líquida	184.110	97.207	33.872	15.712	4.574	335.475

O quadro abaixo traz um resumo das contraprestações pelas compras em 2020:

A taxa de desconto (ajuste a valor presente) aplicada à parcela da dívida foi determinada com base na taxa SELIC estimada futura no mês de vencimento, sendo:

Parcela / Ano	Taxa – SELIC ao ano
1	3,90%
2	5,50%
3	6,30%
4	6,40%
5	6,40%
6	6,40%

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis estão demonstrados na tabela a seguir:

	Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia			Rondobras do Amazonas de Auto Peças Ltda			Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre			Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso			Rondobras Autopeças Ltda - Roraima		
	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/Passivos a valor justo	Custo Histórico	Ajustes a valor justo	Ativos/Passivos a valor justo
Ativo															
Ativos circulantes															
Caixa e equivalentes de caixa	5.338	-	5.338	5.450	-	5.450	4.325	-	4.325	676	-	676	326	-	326
Contas a receber de clientes	39.325	-	39.325	13.074	-	13.074	3.141	-	3.141	3.951	-	3.951	2.756	-	2.756
PCLD	(2.053)	-	(2.053)	(366)	-	(366)	(60)	-	(60)	(411)	-	(411)	90	-	90
Estoques	71.275	-	71.275	51.356	-	51.356	18.755	-	18.755	8.197	-	8.197	15.407	-	15.407
Provisão de estoques obsoletos	(6.545)	-	(6.545)	(7.328)	-	(7.328)	(5.167)	-	(5.167)	(1.808)	-	(1.808)	(3.335)	-	(3.335)
Outros	1.253	-	1.253	223	-	223	319	-	319	26	-	26	-	-	-
Ativos não circulantes															
Créditos ativo não circulante	3.669	-	3.669	3.672	-	3.672	4	-	4	-	-	-	-	-	-
IR Diferido	3.129	-	3.129	1.134	-	1.134	1.675	-	1.675	554	-	554	616	-	616
Imobilizado	911	5.060	5.971	504	645	1.149	910	(207)	703	72	92	164	59	83	142
Direito de uso - Imóveis Intangível	15.094	-	15.094	15.626	-	15.626	4.887	-	4.887	1.190	-	1.190	3.441	-	3.441
	1	40.968	40.969	-	17.403	17.403	-	4.470	4.470	-	3.988	3.988	-	5.099	5.099
Passivo circulante															
Fornecedores e outras contas a pagar	(15.297)	-	(15.297)	(5.731)	-	(5.731)	(776)	-	(776)	(953)	-	(953)	(1.068)	-	(1.068)
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.709)	-	(1.709)	(3.155)	-	(3.155)
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(6.404)	-	(6.404)	(2.675)	-	(2.675)	(1.716)	-	(1.716)	(485)	-	(485)	(655)	-	(655)
Outras Obrigações	(1.093)	-	(1.093)	(1.021)	-	(1.021)	(310)	-	(310)	-	-	-	(827)	-	(827)
Passivo não circulante															
Empréstimos e Financiamentos	(3.936)	-	(3.936)	(12.847)	-	(12.847)	(1.221)	-	(1.221)	-	-	-	(2.902)	-	(2.902)
Provisão para riscos	(1.517)	-	(1.517)	-	-	-	(416)	-	(416)	-	-	-	-	-	-
Ativos líquidos adquiridos[a]	103.150	46.028	149.178	61.071	18.048	79.119	24.350	4.263	28.613	9.300	4.080	13.380	10.753	5.182	15.935
Contraprestação líquida de garantias de contingências[b]			184.110			97.207			33.872			15.712			4.574
Ágio ("goodwill") [a] - [b]			34.932			18.088			5.259			2.332			-
Ganho na compra vantajosa [a] - [b]			-			-			-			-			(11.361)

Aquisição em 2019

Em abril de 2019, a controlada União Participações S.A. obteve o controle da BHZ Peças Ltda. (“BHZ”), por meio da aquisição de 100% de seu capital social. A BHZ está sediada em Belo Horizonte, e tem como principal atividade o comércio, a varejo, de autopeças para veículos automotores.

O valor da transação foi R\$ 8.725, sendo R\$ 6.725 pagos em dinheiro à vista e R\$ 2.000 a serem pagos em março de 2024, corrigidos pela IPCA que, a valor presente, na data da transação, equivalia a R\$ 239.

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis estão demonstrados na tabela a seguir:

	<u>Custo Histórico</u>	<u>Ajustes a valor justo</u>	<u>Ativos e passivos a valor justo</u>
Ativos circulantes:			
Caixa e equivalentes de caixa	60	-	60
Contas a receber	2.314	-	2.314
PCLD	(195)	-	(195)
Estoques	6.905	-	6.905
Provisão de estoques obsoletos	(5.201)	-	(5.201)
Outros créditos	92	-	92
Ativo não circulante:			
Imobilizado	243	-	243
Intangível	-	2.639	2.639
Passivos circulantes:			
Fornecedores	(1.167)	-	(1.167)
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(418)	-	(418)
Outras obrigações	(1.512)	-	(1.512)
Passivo não circulante:			
Passivos contingentes	(1.240)	-	(1.240)
Ativos líquidos adquiridos	<u>(119)</u>	<u>2.639</u>	<u>2.520</u>
Contraprestação	-	-	8.486
Ágio na aquisição	-	-	5.966

Incorporações de controladas diretas e indiretas*Incorporações efetuadas em 2020 - A valores contábeis*

Ao longo de 2020 a Companhia incorporou as seguintes controladas: Menil Comércio de Peças Ltda, Ambra Importadora e Exportadora Ltda, Multipeças Aracruz Ltda, União Peças Reconcavo Ltda, União Peças Vitória Ltda, Ambra Pneus Vila Velha Ltda (todas em 01 de janeiro de 2020), União Peças Vitória Ltda e Ambra Pneus Vila Velha (Todas em 01/02/2020), União Peças Vila Velha Ltda, Multipeças Carapina Ltda, União Peças Viana Ltda, Multipeças Iconha Ltda, União Peças Feira de Santana Ltda, União Distribuidora de Peças Ltda (BA), Multipeças Campo Grande Ltda, União Peças Linhares Ltda, União Peças Colatina Ltda (todas em 01 de março de 2020), União Peças Itabuna Ltda, Multipeças São Mateus Ltda (ambas em 01 de maio de 2020), União Comércio de Peças Ltda, União Distribuidora Jardim Limoeiro Ltda, União Peças Cachoeiro Ltda, Multipeças Guarapari Ltda, Ambra Pneus Ribeirão Ltda (todas em 01 de agosto de 2020), União Peças Betim Ltda, BHZ Peças Ltda, União Peças Divinópolis Ltda, União Peças Teixeira Ltda, União Peças Eunápolis Ltda, Multipeças Guarus, Ambra Pneus Ltda, Ambra Pneus Campo Grande Ltda, Ambra Pneus Linhares Ltda, Ambra Pneus Serra Ltda, Ambra Comércio de Pneus Salvador. O ativo líquido incorporado, segundo laudos preparados por especialistas, totalizou R\$ 172.866, sumariado no quadro a seguir:

	<u>R\$ mil</u>
Caixa e equivalentes de caixa	19.056
Contas a receber de clientes	62.837
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(15.782)
Estoques	72.208
Provisão para perda com estoques obsoletos	(1.202)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	21.067
Impostos a recuperar	4.384
Despesas antecipadas	782
Outros créditos	5.471
Partes relacionadas	68.993
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.630
Imobilizado	18.541
Direito de uso de imóveis	17.551
Intangível	201
Total do ativo	<u>285.737</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	(55.747)
Impostos e contribuições a recolher	(944)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(1.876)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	(6.173)
Partes relacionadas	(4.659)
Outros passivos	(1.923)
Adiantamento de clientes	(8.780)
Provisão para riscos	(12.942)
Arrendamento mercantil	(19.827)
Total do passivo	<u>(112.871)</u>
Acervo líquido incorporado	<u>172.866</u>

Em consequência das incorporações, ágios e mais-valias anteriormente contabilizados na rubrica “investimentos em controladas” na controladora foram reclassificados para o seu ativo intangível.

Incorporações efetuadas em 2019 - A valores contábeis

Ao longo de 2019, a Companhia incorporou também as controladas Total Distribuidora Moto Peças Ltda. (em 1º de abril de 2019) e União Participações S.A. (em 1º de novembro de 2019). O ativo líquido incorporado, segundo laudos preparados por auditores independentes, totalizou R\$ 175.622, sumariado no quadro a seguir:

	<u>R\$ mil</u>
Caixa e equivalentes de caixa	762
Contas a receber de clientes	6.709
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.181)
Estoques	10.985
Provisão para perda com estoques obsoletos	(169)
Adiantamento a fornecedores e outros créditos ativos	203
Impostos a recuperar	892
Despesas antecipadas	11
Outros créditos	147
Partes relacionadas	3.874
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8
Investimentos	219.636
Imobilizado	2.374
Direito de uso de imóveis	2.155
Intangível	345
Total do ativo	<u>246.751</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	(4.627)
Impostos e contribuições a recolher	(152)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(99)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	(1.287)
Partes relacionadas	(35.964)
Outros passivos	(11.086)
Provisão para riscos	(15.724)
Arrendamento mercantil	(2.190)
Total do passivo	<u>(71.129)</u>
Acervo líquido incorporado	<u><u>175.622</u></u>

Em consequência das incorporações, ágios e mais-valias anteriormente contabilizados na rubrica “investimentos em controladas” na controladora foram reclassificados para o seu ativo intangível.

9. IMOBILIZADO E DIREITO DE USO

	Taxa anual depreciação	Controladora				Consolidado			
		31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	6.574	(2.867)	3.707	1.582	8.568	(4.389)	4.179	3.296
Máquinas e equipamentos	10%	3.546	(1.392)	2.154	556	12.442	(6.253)	6.189	1.455
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	19.379	(2.842)	16.537	3.616	21.157	(3.036)	18.121	11.119
Instalações	10%	10.941	(4.279)	6.662	1.870	17.165	(5.559)	11.606	5.446
Veículos	20%	2.635	(2.136)	499	256	17.773	(11.733)	6.040	309
Equipamentos de informática	25%	13.490	(6.996)	6.494	2.891	18.206	(8.960)	9.246	6.069
Direito de uso de imóveis	20%	71.326	(33.448)	37.878	17.621	122.242	(41.719)	80.523	49.135
Obras em andamento	-	1.067	-	1.067	791	1.578	-	1.578	4.974
		<u>128.958</u>	<u>(53.960)</u>	<u>74.998</u>	<u>29.183</u>	<u>219.131</u>	<u>(81.649)</u>	<u>137.482</u>	<u>81.803</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não identificou indicadores de perda por valor recuperável dos ativos imobilizados, sejam internos ou externos e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação (“impairment”). A movimentação do saldo do imobilizado e do direito de uso em operações de arrendamento mercantil é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	<u>29.183</u>	<u>9.721</u>	<u>81.803</u>	<u>26.674</u>
Adições	15.969	4.892	37.183	12.141
Baixas	(5.355)	-	(19.085)	-
Saldo advindo de incorporações	18.541	2.374	-	-
Aquisição de controlada(nota explicativa nº 8)	-	-	48.367	243
Efeitos da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)(nota explicativa nº 2.16)	-	14.131	-	56.462
Efeitos do arrendamento mercantil - Incorporações (nota explicativa nº 8)	17.551	2.155	-	-
Adição de novos contratos de arrendamento IFRS 16	14.703	3.164	29.318	7.035
Baixa de contratos de arrendamento IFRS 16	(1.447)	-	(14.778)	-
Depreciação	<u>(14.147)</u>	<u>(7.254)</u>	<u>(25.326)</u>	<u>(20.752)</u>
Saldo final	<u>74.998</u>	<u>29.183</u>	<u>137.482</u>	<u>81.803</u>

10. INTANGÍVEL

	Controladora				Consolidado				
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019		
	Taxa anual amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio	-	-	-	-	-	262.745	-	262.745	202.622
Acordo de não concorrência	20%	18.836	(14.914)	3.922	4.571	18.836	(14.914)	3.922	7.689
Carteira de clientes	13%	61.597	(44.495)	17.102	23.269	128.782	(58.407)	70.375	63.032
Marca	15%	-	-	-	-	95.905	(24.663)	71.242	40.197
Ágio incorporadas	-	65.242	-	65.242	19.906	-	-	-	-
Software	20%	27.449	(3.604)	23.845	11.860	27.896	(3.729)	24.167	12.314
Total		173.124	(63.013)	110.111	59.606	534.164	(101.713)	432.451	325.854

O ágio relacionado às controladas incorporadas é dedutível fiscalmente para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social (IRPJ/CSLL). O ágio relacionado a controladas ainda não incorporadas serão dedutíveis a partir do momento em que eventuais incorporações adicionais sejam colocadas em prática pela Administração da Companhia.

A movimentação do intangível é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	59.606	58.686	325.854	318.153
Adições	11.202	9.380	12.185	12.521
Amortizações	(12.803)	(10.481)	(37.532)	(28.628)
Saldos decorrente de incorporações	52.106	2.021	-	-
Aquisição de controladas(nota explicativa nº 8)	-	-	71.929	2.639
Ágio e ativos alocados na aquisição de controladas(nota explicativa nº 8)	-	-	60.015	21.169
Saldo final	110.111	59.606	432.451	325.854

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia não identificou indicadores, sejam internos ou externos, de perda por valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida e, conseqüentemente, não houve necessidade de reconhecimento de perda por valor de recuperação.

Para fins de teste de recuperabilidade do ágio, em 31 de dezembro de 2020, o ágio, que totaliza R\$262.745, foi alocado às unidades geradoras de caixa (“UGCs”) são limitadas aos segmentos reportáveis da Companhia, citados abaixo.

As tendências atuais da demanda de nossos produtos, a natureza diversificada de nossos clientes e a expansão do comércio eletrônico nos levam a focar as estratégias em 3 unidades geradoras de caixa / segmentos de negócio: varejo, atacado e e-commerce. A Companhia acompanha e verifica a existência de perdas (“Impairment”) com base nessas 3 unidades geradoras de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº2.5, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia colocou em prática seu plano de incorporações de controladas, reorganizando, portanto, tanto a sua estrutura societária quanto a estrutura de reporte. Conseqüentemente, a composição das unidades geradoras de caixa foi alterada da alocação por “bandeiras” da Companhia para as UGCs “varejo”, “atacado” e “e-commerce”

O quadro abaixo resume o valor contábil das UGCs nas quais os ágios das aquisições foram alocados para fins de teste de recuperação, incluindo os seguintes ativos que compõem os seus saldos contábeis: ativo imobilizado, direito de uso e ativo intangível (consolidado).

	<u>31/12/2020</u>
Varejo	471.664
Atacado	87.244
E-commerce	<u>11.025</u>
	<u>569.933</u>

O valor recuperável de cada UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração. A taxa de desconto utilizada é de 13% ao ano para todas as Unidades Geradoras de Caixa em 31 de dezembro de 2020, calculada pelo Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

As principais premissas utilizadas pela Companhia são conforme segue:

- Crescimento real das receitas em 5% ao ano a partir do ano 2 até o ano 5, e 2% ao ano na perpetuidade.
- Inflação estimada com base nas projeções do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) – Base 31/12/2020 (Fonte: Boletim Focus).
- Custo das vendas projetado para uniformização da margem bruta em níveis constantes.
- Despesas fixas, crescentes a taxa equivalente a 50% dos acréscimos reais de receita nos primeiros 5 anos (IPCA +2,5%).

“Market share” durante o período de projeção

Ao utilizar os dados de cada unidade geradora de caixa para taxas de crescimento, essas premissas são importantes, uma vez que a Administração avalia como a posição da unidade, relacionada com seus concorrentes, poderia mudar ao longo do período de estimativa. A Administração espera que a participação do Grupo no mercado de revenda de autopeças aumente ao longo do período de estimativa, tanto para varejo quanto para atacado e e-commerce.

Não se espera que o efeito da entrada de novos concorrentes no mercado gere impacto adverso nas previsões contempladas no orçamento, uma vez que mesmo que o crescimento real nas receitas seja nulo, não há evidências de possível perda por redução ao valor recuperável das UGCs “varejo”, “atacado” e “e-commerce”.

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	123.388	43.960	200.198	123.902
Fornecedores - Convênio ^(a)	13.074	8.483	19.907	11.984
	136.462	52.443	220.105	135.886

(a) Refere-se a saldo a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optarem por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programa de antecipação de recursos aos terceiros, utilizando linhas de créditos da Companhia junto às instituições financeiras.

12. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	3.656	1.426	7.534	2.812
Provisão para férias	8.661	4.535	15.390	9.266
Encargos sociais	3.184	1.672	5.696	3.155
Provisão PLR	10.138	5.834	10.138	5.893
	25.639	13.467	38.758	21.126

13. PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas foram realizadas pela Companhia:

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
União Comércio de Peças Ltda	-	1.623	-	8.990
União Distribuidora Carapina Ltda	-	-	-	9.400
União Peças Itaperuna Ltda	-	-	225	250
União Peças Vila Velha Ltda	-	-	-	5.621
União Peças Cachoeiro Ltda	-	-	-	4.376
União Peças Betim Ltda	-	-	-	550
União Peças Vitória Ltda	-	-	-	355
União BHZ Ltda	-	432	-	-
União Peças Eunápolis Ltda	-	-	-	1.070
União Distribuidora Feira Ltda	-	-	-	800
União Peças Teixeira Ltda	-	-	-	1.260
União Peças Itabuna Ltda	-	-	-	1.840
União Peças Colatina Ltda	-	-	-	1.710
União Peças Feira de Santana Ltda	-	-	-	1.485
União Peças Reconcavo Ltda	-	-	-	565
União Peças Divinópolis Ltda	-	-	-	400
Ambra Logística Ltda	53	53	-	-
Ambra Importadora e Exportadora Ltda	-	-	-	16.211
Multipeças Iconha Ltda	-	-	-	265
União Peças Linhares Ltda	-	-	-	1.145
União Peças Viana Ltda	-	-	-	705
Multipeças Carapina Ltda	-	-	-	1.626
Multipeças Guarapari Ltda	-	-	-	1.240
Multipeças Campo Grande Ltda	-	-	-	1.265
Multipeças Guarus Ltda	-	-	-	879
Multipeças São Mateus Ltda	-	-	-	1.422
Multipeças Aracruz Ltda	-	-	-	535
Ambra Pneus Ltda	-	-	-	60
Ambra Pneus Campo Grande Ltda	-	-	-	404
Ambra Pneus Linhares Ltda	-	-	-	50
Ambra Pneus Vila Velha Ltda	-	-	-	110
Ambra Pneus Serra Ltda	-	-	-	370
Atacado União Ltda	-	-	13.801	20.800
Menil Comércio de Peças Ltda	-	2.120	-	2.678
Total Distribuidora de Moto Peças Ltda	-	2.655	-	6.450
União Participações SA	-	3.141	-	-
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia	-	-	23.000	-
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas	-	-	16.500	-
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre	-	-	3.000	-
Rondobras Auto Peças Ltda - Roraima	-	-	1.500	-
Fortbras Autopeças S.A	(25)	-	-	-
	<u>28</u>	<u>10.024</u>	<u>58.026</u>	<u>94.887</u>

Os saldos com partes relacionadas são mútuos para gerenciamento de fluxo de caixa, sem prazo de vencimento definido e sem atualização monetária/juros.

Transações de compra e venda de mercadorias realizadas entre as empresas do Grupo totalizaram R\$242.023 em 2020 e R\$257.240 em 2019. Na tabela acima, não há saldos a receber decorrentes de transações comerciais.

Remuneração com os Administradores/Empregados

A remuneração dos diretores e conselheiros, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, totalizou R\$ 10.443 em 2020 e R\$ 7.509 em 2019, relativo a benefícios de curto prazo, e encargos sociais decorrentes.

Adicionalmente, os administradores possuem planos ativos de opções de compra de ações conforme descrito na nota explicativa nº 19(f).

Houve também pagamentos de salários e encargos sociais no montante de R\$533 em 2020 e R\$770 em 2019, para acionistas minoritários que fazem parte do quadro de colaboradores da Companhia.

Obrigações com arrendamentos mercantis

As obrigações com arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020 são de R\$ 21.751 (R\$ 12.060 em 31 de dezembro de 2019) com acionistas atuais da Companhia. Os totais pagos a essas partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 5.149 (R\$ 4.230 em 31 de dezembro de 2019). Os valores relacionados aos arrendamentos em questão seguem mesmas métricas de negociações efetuadas com terceiros com os quais a Companhia também mantém contratos de arrendamentos mercantis.

Contas a pagar relativo a aquisições – Sellers Note

A Companhia possui determinadas obrigações de contas a pagar – “sellers note” – com acionistas atuais e ex-acionistas, as quais compõem parte do passivo registrado na rubrica “contas a pagar por aquisição de controladas” (vide nota explicativa nº14). O valor a pagar às partes relacionadas é de R\$ 124.183 em 2020 e R\$ 311.753 em 2019.

Intangível - Software

Em 2020 a Companhia adquiriu Direitos de Uso de Software de Gestão de Crédito e Cobrança– Intangível no valor de R\$ 300, de sociedade (Lojas Quero-Quero S/A) controlada à época por fundos geridos indiretamente pelo mesmo gestor do FIP acionista controlador da Companhia. O valor foi quitado no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rateio de despesas

O total de despesas rateadas entre a Controladora e as suas controladas é de R\$20.617 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.533 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado na nota explicativa nº21. Os critérios de rateio levam em consideração as seguintes métricas: (a) número de colaboradores por loja; (b) faturamento líquido; e (c) número de lojas.

14. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES DE CONTROLADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fortbras Autopeças S.A. (a)	94.770	192.629	94.770	193.521
Menil Comércio de Peças Ltda. (b)	25.809	29.035	25.809	29.151
Grupo União (c)	30.711	119.124	30.711	118.951
BHZ Peças Ltda (d)	2.120	2.049	2.120	2.049
Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - Rondônia (e)	3.241	-	3.241	-
Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda - Amazonas (f)	63.586	-	63.586	-
Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda - Acre (g)	23.733	-	23.733	-
Auto Peças Rondobras Ltda – Mato Grosso (h)	10.644	-	10.644	-
Rondobras Auto Peças Ltda - Roraima (i)	124.665	-	124.665	-
	<u>379.279</u>	<u>342.837</u>	<u>379.279</u>	<u>343.672</u>
Ajuste a valor presente	(49.062)	(52.743)	(49.062)	(52.743)
Direito de indenização - "conta gráfica"(1)	(3.436)	1.151	(8.830)	(1.277)
	<u>326.781</u>	<u>290.094</u>	<u>321.387</u>	<u>289.652</u>
Passivo circulante	143.853	4.262	142.339	4.262
Passivo não circulante	182.928	285.832	179.048	285.390
	<u>326.781</u>	<u>290.094</u>	<u>321.387</u>	<u>289.652</u>

(1) Valores referentes a direito de indenização no valor a pagar de aquisições.

As contas a pagar vencem como segue (valor nominal antes do ajuste a valor presente e “conta gráfica”):

Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	155.403	325.753	155.403	326.588
2022	34.412	15.035	34.412	15.035
2023	37.522	-	37.522	-
2024	46.265	2.049	46.265	2.049
2025	54.174	-	54.174	-
2026	51.953	-	51.953	-
	<u>379.729</u>	<u>342.837</u>	<u>379.729</u>	<u>343.672</u>

A Companhia apresenta o saldo a pagar à valor presente, na data do balanço, considerando como taxa de desconto o índice prevalecente nas respectivas datas de aquisição.

- O Sellers Note da Fortbras Autopeças S.A., referente a aquisições realizadas em 2016 tem vencimento em setembro de 2021, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, 140% do CDI da época (19,6% a.a.).
- O Sellers Note da Menil Comércio de Peças Ltda., referente a aquisição da Menil Comércio de Peças Ltda., tem vencimento em 3 parcelas anuais até 2022, com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a NTN-B. (para obrigações com vencimento em 2020, 3,86% a.a.; para 2021, 4,14% a.a.; para 2022, 4,42% a.a.).
- O Sellers Note da União Participações S.A. e suas controladas, tem vencimento em agosto de 2021, com atualização monetária pelo CDI. Neste caso, como a obrigação já é atualizada pelo CDI, não ajustamos a obrigação a valor presente.

- d) O Sellers Note da BHZ Autopeças Ltda, tem vencimento em março de 2024 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a NTN-B. (para obrigação com vencimento em março de 2024, 3,83% a.a.).
- e) O Sellers Note da Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia, tem vencimento no montante de R\$ 112.312 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$ 12.012, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).
- f) O Sellers Note da Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda, tem vencimento no montante de R\$ 61.488 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$ 2.040, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).
- g) O Sellers Note da Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. – Acre, tem vencimento no montante de R\$ 19.475 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$ 4.140, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).
- h) O Sellers Note da Auto Peças Rondobras Peças Ltda. – Mato Grosso, tem vencimento no montante de R\$ 9.225 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$ 1.380, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).
- i) O Sellers Note da Rondobras Autopeças Ltda - Roraima, tem vencimento no montante de R\$ 2.500 em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento. E o montante de R\$ 720, em 3 parcelas anuais até 2025, sendo a primeira em 2023 com atualização monetária pelo IPCA. Utilizamos como taxa de desconto, para determinar o valor presente das obrigações, a estimativa da SELIC para o mês de vencimento (para obrigações com vencimento em 2023, 6,3% a.a., para 2024, 6,4% a.a., para 2025, 6,4% a.a.).

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Os valores a pagar de arrendamentos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 ano	14.581	6.134	21.809	16.569
De 2 a 3 anos	13.004	5.989	19.956	16.777
De 3 a 4 anos	9.075	5.267	18.578	15.281
De 4 a 5 anos	3.527	4.177	9.199	9.997
Acima de 5 anos	7.211	1.734	12.325	5.575
	47.398	23.301	81.867	64.199
Encargos financeiros	(6.324)	(3.603)	(10.435)	(9.850)
Total	41.074	19.698	71.432	54.349
Passivo circulante	11.903	6.134	17.815	16.569
Passivo não circulante	29.171	13.564	53.617	37.780

A Companhia possui contratos de arrendamento – aluguel de imóveis majoritariamente firmados com pessoas físicas.

A movimentação dos passivos de arrendamento é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	19.698	-	54.349	-
Adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2)	-	18.058	-	59.710
Adição por Aquisição de controlada	-	-	20.906	-
Adições	14.703	3.129	29.318	7.035
Baixa	(1.447)	-	(14.778)	-
Adições por incorporações	19.827	2.190	-	-
Atualização de juros	2.967	1.414	5.427	2.647
Pagamentos	(14.674)	(5.093)	(23.790)	(15.043)
	41.074	19.698	71.432	54.349

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu despesas com arrendamento no valor de R\$ 2.640, (R\$2.651 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019) referentes a contratos de prazo inferior a um ano e de “baixo valor”.

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos contábeis consolidados de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros (sem inflação futura) em comparação com a metodologia sugerida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019:

Consolidado 2020	
Passivo de arrendamento (s/ Inflação)	71.432
Requerimento CVM (c/Inflação)	85.275
%	-16,23%
Direito de uso (s/ Inflação)	80.523
Requerimento CVM (c/Inflação)	88.943
%	-9,47%
Despesa Financeira (s/ Inflação)	5.735
Requerimento CVM (c/Inflação)	5.789
%	-0,93%
Despesas de depreciação (s/ Inflação)	- 18.154
Requerimento CVM (c/Inflação)	- 21.864
%	-16,97%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores a pagar de empréstimos são como seguem:

Em moeda nacional	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado
			31/12/2020
Debêntures simples(i)	10/03/2020	2,05% + CDI	141.683
(-) Custo Estruturação Debêntures	10/03/2020		(2.077)
Empréstimos a pagar (ii)	15/12/2020	3,4506% + CDI	50.116
			<u>189.722</u>
		Passivo circulante	<u>1.467</u>
		Passivo não circulante	<u>188.255</u>
			<u>189.722</u>

- (i) Na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2020, foi discutido e deliberado a emissão de debêntures da Companhia, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 140.000, com prazo de pagamento de 7 (sete) anos, sendo 2 (dois) anos de carência, com parcelas de juros e amortizações semestrais, ao custo de CDI + 2,05% a.a. .As garantias estão atreladas a partes de recebíveis da Companhia, havendo cláusulas restritivas (“covenants”) – a razão entre EBITDA / Dívida Líquida deverá ser inferior a 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) em 2020, inferior a 3 (três inteiros) entre 2021 e 2022, e inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) a partir de 2023. As debêntures requerem cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros. Em 31/12/2020 a Companhia está adimplente com essas cláusulas.

- (ii) Em 08 de maio de 2020 a Companhia captou empréstimos Cédula de Crédito Bancário de R\$ 50.000 para gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a parte de recebíveis da Companhia, não havendo cláusulas restritivas (“covenants”). Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 4,65% a.a. + CDI, com vencimento em parcela única em Maio/21. Em 15/12/2020 a Companhia repactuou as condições deste empréstimo, para o prazo de pagamento de 5 (cinco) anos, com carência de 18 meses, com parcelas de juros e amortizações semestrais, e juros anuais de 3,4506% a.a. + CDI.

Os valores de empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes prazos de vencimentos:

Prazo de vencimento	Controladora e Consolidado
	31/12/2020
2021	1.467
2022	37.623
2023	37.623
2024	37.623
2025	37.623
2026	25.121
2027	12.642
	<u>189.722</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provisão para riscos decorrentes das operações da Companhia

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão é constituída para cobrir perdas que sejam prováveis na opinião dos assessores legais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributária	18.838	10.887	19.488	22.276
Cível	698	998	1.609	1.081
Trabalhista	1.755	994	3.204	2.735
Total	<u>21.291</u>	<u>12.879</u>	<u>24.301</u>	<u>26.092</u>

As movimentações das provisões para riscos são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	12.879	874	26.092	28.571
Advindo de aquisições	-	-	2.929	1.240
Advindo de incorporações	12.942	15.724	-	-
Baixas, líquidas	(4.530)	(3.719)	(4.720)	(3.719)
Total de provisão de risco	<u>21.291</u>	<u>12.879</u>	<u>24.301</u>	<u>26.092</u>

Em 2020 o saldo dos processos com prognóstico possível, que não são provisionados na contabilidade, perfaz R\$ 5.927, sendo R\$ 837 relativos a processos tributários, R\$ 1.597 cíveis e R\$ 3.493 trabalhistas.

18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A análise a seguir reconcilia a carga tributária teórica sobre o resultado da Companhia com o crédito fiscal de IRPJ e CSLL registrado na Demonstração de Resultado, decorrente dos prejuízos operacionais incorridos e diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	22.186	5.435	44.708	14.321
Expectativa de IRPJ e CSLL à alíquota 34%	(7.519)	(1.848)	(15.081)	(4.869)
Efeito tributário sobre:				
Equivalência patrimonial	14.551	18.382	-	-
Efeito sobre ajustes para retificação de anos anteriores (Adições) / Exclusões permanentes, líquidas	(11.235)	1.741	(11.093)	13.183
	(6.516)	(3.191)	(7.068)	(2.116)
	(10.720)	15.084	(33.242)	6.198
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.626)	-	(28.483)	(19.953)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.094)	15.084	(4.759)	26.151
	(10.720)	15.084	(33.242)	6.198
Alíquota efetiva	-48%	278%	-74%	43%

Os impostos diferidos ativos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Diferido Ativo				
Provisão para ajuste a valor presente	103.008	53.745	103.008	53.745
Provisão para obsolescência de estoques	1.889	908	16.582	4.428
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	30.870	15.849	38.213	33.186
Amortização do ágio alocado - adquiridas não incorporadas	39.036	34.651	39.036	34.651
IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	58.857	73.491	58.857	73.491
IR/CS diferidos sobre IFRS 16/CPC 06 (R2)	3.195	1.909	5.405	3.760
Passivo Contingente	21.291	12.879	21.371	24.852
Outras provisões	14.135	8.394	18.427	8.508
Base de cálculo	272.281	201.826	300.899	236.621
Total do IR e CS diferidos (ativo) – Alíquota nominal 34% [a]	92.576	68.621	102.306	80.451

Os impostos diferidos passivos apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Diferido Passivo				
Amortização fiscal do Ágio	95.667	48.926	95.667	48.926
Ganho decorrente de compra vantajosa / menos-valia	11.361	-	11.361	-
Outras provisões	-	-	-	23
Base de cálculo	107.028	48.926	107.028	48.949
Total do IR e CS diferidos (passivo) – Alíquota nominal 34% [b]	36.390	16.635	36.390	16.643
Saldo IR e CS diferido ativo	56.186	68.621	65.916	80.451
Saldo IR e CS diferido passivo	-	16.635	-	16.643

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 70.318 (R\$55.285 em 31 de dezembro de 2019), representado por 96,9 milhões e 81,9 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 respectivamente. Os acionistas são:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Stuttgart investimentos	71.109.104	73,31%	51.573	60.016.132	73,22%	40.480
Ações em tesouraria	636.507	0,66%	429	636.507	0,78%	429
Juvenil Casagrande	2.280.238	2,35%	1.654	1.924.522	2,35%	1.298
Luiz Jorge de Marco	611.450	0,63%	443	516.064	0,63%	348
Adauto Lucio Paradela	510.664	0,53%	371	431.000	0,53%	291
João Henrique Fiório Checon	17.481.047	18,02%	12.678	14.754.015	18,00%	9.951
Gabriel Paganini Checon	2.185.130	2,25%	1.585	1.844.251	2,25%	1.244
João Pedro Paganini Checon	2.185.130	2,25%	1.585	1.844.251	2,25%	1.244
	96.999.270	100%	70.318	81.966.742	100,00%	55.285

Em 28 de janeiro de 2020 os acionistas aumentaram o capital social da Companhia em R\$150.000, dos quais, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária, R\$134.967 foram destinados à reserva de capital e R\$15.033 mediante à emissão de 15,03 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

b) Reservas Lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Como no exercício de 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou lucro líquido, foi constituída reserva legal de R\$ 573.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme os termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício (a)	11.466	20.519
Denominador: Quantidade de ações, em milhares (b)	96.999	81.967
Lucro por ação (a)/(b)	0,12	0,25

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia não possui instrumentos financeiros com potenciais efeitos de diluição acionária. Portanto não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação.

d) Ações em tesouraria

Em 2019, ocorreu a recompra de 636.507 ações ordinárias pelo valor de R\$ 4.600.

e) Reservas de capital

Valores aportados por acionistas

As reservas de capital referem-se principalmente a aportes financeiros realizados pelos acionistas que, nas assembleias gerais aplicáveis, destinaram parte dos mesmos a aumento de capital e a reservas de capital. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para:

- Absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros.
- Resgate, reembolso ou compra de ações.
- Resgate de partes beneficiárias. O art. 200 da Lei nº 6.404/76, em seu parágrafo único, determina que o produto da alienação de partes beneficiárias, registrado na reserva de capital específica, poderá ser utilizado para resgate desses títulos.
- Incorporação ao capital.
- Pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais, com prioridade no seu recebimento, quando essa vantagem lhes for assegurada pelo estatuto social (art. 17, § 6o, da Lei nº 6.404/76, conforme nova redação dada pela Lei nº 10.303/01).

f) Opções de Compra de Ações

Os acionistas da Companhia aprovaram plano de compra de opções destinado a determinados funcionários, administradores e conselheiros (“participantes”) do Grupo (“1º Plano de Opções”).

Há quatro programas vigentes regulados pelo 1º Plano de Opções, os quais preveem que os participantes devem permanecer na Companhia por períodos pré-determinados, perfazendo em média 5 anos (“vesting condition”). Caso ocorram eventos de liquidez listados no Plano de Opções antes do atendimento às “vesting condition” ou uma oferta inicial de ações da Companhia (“IPO”), as opções de compra tornam-se exercíveis pelos beneficiários.

Os eventos de liquidez são: (a) venda, cessão, permuta ou qualquer outro tipo de alienação de ações da Companhia a terceiros não afiliados ao Grupo e ao seu controlador, desde que implique em transferência de controle da Companhia; (b) venda ou alienação de todos, ou substancialmente todos os ativos da Companhia a terceiros não afiliados ao Grupo e ao seu controlador.

O plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente cível e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia ou suas controladas com os participantes, visto que os participantes estão adquirindo as opções por meio de pagamento do seu valor justo para a Companhia, bem como também terão o dispêndio futuro para o exercício das mesmas.

No caso de rescisão de vínculo com a Companhia tanto nas situações motivadas pela Companhia, como em situações motivadas pelo participante, exceto em situações de justa causa, a Companhia deverá reembolsar os participantes dos valores desembolsados inicialmente, atualizados pela variação positiva de índice de inflação vigente. No caso de rescisão motivada pela Companhia por justa causa, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou indenização, todas as opções de compra de ações.

A adesão aos programas de outorga de opção requer o pagamento do preço de aquisição de cada participante de acordo com a quantidade de opções. As opções relativas ao 1º, 2º, 3º e 4º programas foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade pelo valor de R\$ 431, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido.

As opções do plano outorgadas, relativas ao 1º, 2º, 3º e 4º programas, com as respectivas datas de outorga, quantidade, preço de exercício e preço de aquisição na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

Plano	Programa	Lote	Data de outorga	Quantidade outorgada	Preço de exercício (R\$)	Preço de aquisição (R\$)
1o Plano	1o Programa	Lote 2018-A	01/06/2018	316.270	13,7207	0,0221
1o Plano	1o Programa	Lote 2018-B	01/06/2018	316.270	18,2943	0,0064
1o Plano	1o Programa	Lote I	01/06/2018	1.419.995	4,6115	0,4943
1o Plano	1o Programa	Lote I-B	01/06/2018	177.499	9,2230	0,0905
1o Plano	1o Programa	Lote II	01/06/2018	266.789	7,4217	0,1700
1o Plano	1o Programa	Lote II-B	01/06/2018	33.349	13,4940	0,0236
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	24/05/2019	270.247	13,7207	0,0003
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	24/05/2019	270.247	18,2943	0,0000
1o Plano	2o Programa	Lote I	24/05/2019	963.249	4,6115	0,0534
1o Plano	3o Programa	Lote II	24/05/2019	403.924	7,4217	0,0082
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	24/05/2019	354.540	22,5300	0,0001
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	24/05/2019	354.540	30,0400	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote II	24/05/2019	1.167.114	8,2610	0,0162
1o Plano	3o Programa	Lote III	24/05/2019	323.435	9,0120	0,0116
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	31/08/2019	3.438	14,6353	0,0001
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	31/08/2019	3.438	18,2943	0,0000
1o Plano	2o Programa	Lote I	31/08/2019	17.364	4,9189	0,0156
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/08/2019	3.262	7,7476	0,0024
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	31/08/2019	3.245	22,5300	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	31/08/2019	3.245	30,0400	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/08/2019	15.788	8,2610	0,0017
1o Plano	3o Programa	Lote III	31/08/2019	3.678	9,0120	0,0011
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	31/10/2019	6.302	14,6353	0,0001
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	31/10/2019	6.302	18,2943	0,0000
1o Plano	2o Programa	Lote I	31/10/2019	31.834	4,9189	0,0156
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/10/2019	5.982	7,7476	0,0024
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	31/10/2019	5.948	22,5300	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	31/10/2019	5.948	30,0400	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/10/2019	28.945	8,2610	0,0017
1o Plano	3o Programa	Lote III	31/10/2019	6.743	9,0120	0,0011
1o Plano	1o Programa	Lote 2018-A	31/01/2020	40.412	11,9100	0,0007
1o Plano	1o Programa	Lote 2018-B	31/01/2020	40.412	15,8800	0,0002
1o Plano	1o Programa	Lote I	31/01/2020	204.124	4,0029	0,0443
1o Plano	1o Programa	Lote II	31/01/2020	38.351	6,4423	0,0107
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	20/01/2020	38.197	14,6353	0,0004
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-A	31/01/2020	22.994	14,6353	0,0000
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	20/01/2020	38.197	19,5138	0,0001
1o Plano	2o Programa	Lote 2018-B	31/01/2020	22.994	18,2943	0,0000
1o Plano	2o Programa	Lote I	20/01/2020	192.934	4,9071	0,0292
1o Plano	2o Programa	Lote I	31/01/2020	116.146	4,9189	0,0016
1o Plano	2o Programa	Lote II	20/01/2020	36.249	7,7476	0,0060
1o Plano	2o Programa	Lote II	31/01/2020	21.823	7,7476	0,0001
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	20/01/2020	36.049	22,5300	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-A	31/01/2020	59.842	22,5300	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	20/01/2020	36.049	30,0400	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote 2018-B	31/01/2020	59.842	30,0400	0,0000
1o Plano	3o Programa	Lote II	20/01/2020	175.421	8,2610	0,0048
1o Plano	3o Programa	Lote II	31/01/2020	291.200	8,2610	0,0004
1o Plano	3o Programa	Lote III	20/01/2020	40.867	9,0120	0,0034
1o Plano	3o Programa	Lote III	31/01/2020	67.839	9,0120	0,0002
1o Plano	4o Programa	Lote 2018-A	31/01/2020	139.570	9,9784	0,0027
1o Plano	4o Programa	Lote 2018-B	31/01/2020	139.578	9,9784	0,0027
1o Plano	4o Programa	Lote III	31/01/2020	837.406	9,9784	0,0027

As opções de ações em circulação durante o exercício estão detalhadas a seguir:

Em milhares de opções	2020		2019	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)
Saldo no início do exercício	5.735.194	10,4048	2.354.824	8,2434
Opções concedidas durante o exercício	2.696.496	10,0996	4.258.759	11,4746
Recuperação de opções durante o exercício	(41.879)	10,3485	(878.389)	9,7969
Saldo no fim do exercício	<u>8.389.811</u>	<u>10,3070</u>	<u>5.735.194</u>	<u>10,4048</u>

O valor justo das opções outorgadas foi calculado nas datas das respectivas outorgas de cada programa com base no modelo de Black&Scholes e a metodologia de fluxo de caixa descontado. Para determinação do valor justo das opções, a Companhia utilizou as seguintes premissas:

	<i>Stock price</i> (i)	<i>Strike price</i> (ii)	<i>Time to maturity</i> (iii)	<i>Risk-free rate</i> (iv)	Volatilidade (v)	<i>Dividend yield</i> (vi)
1o Plano 1o Programa	2,28	8,0351	12 meses	9,12%	7,33%	-
1o Plano 2o Programa	1,57	8,5774	12 meses	7,94%	7,96%	-
1o Plano 3o Programa	1,30	13,0554	12 meses	7,65%	7,96%	-
1o Plano 4o Programa	1,30	9,9784	12 meses	6,01%	7,96%	-

- (i) “Stock Price”: corresponde ao valor da ação na data da outorga, tendo sido calculada pela Administração da Companhia a partir de múltiplo das empresas comparáveis.
- (ii) “Strike Price”: corresponde aos preços médios ponderados de exercício das opções outorgadas em cada programa do Plano de Opções.
- (iii) “Time to maturity”: corresponde ao prazo do direito de aquisição: O exercício da opção pode ocorrer em até 12 meses após os beneficiários cumprirem as “vesting condition”.
- (iv) “Risk-free rate”: corresponde à taxa de juros livre de risco. A Administração da Companhia utilizou a curva da taxa DI x Pré mais recente disponível nas datas de outorga de cada programa, e de acordo com a carência de cada opção.
- (v) Volatilidade: volatilidade anual dos preços das ações das principais empresas listadas comparáveis à Companhia, sendo elas internacionais de comércio de autopeças.
- (vi) “Dividend Yield”: não é previsto o pagamento de dividendos aos detentores das opções de compra reguladas pelo Plano de Opções vigente e os respectivos programas.

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta com venda de mercadorias	874.505	581.452	1.781.960	1.291.912
Receita bruta com prestação de serviço	1.018	-	15.215	2.518
Devoluções de vendas	(22.668)	(8.605)	(58.266)	(38.333)
PIS e Cofins	(29.408)	(22.396)	(48.453)	(37.268)
ICMS	(11.730)	(4.387)	(44.862)	(33.913)
IPI	(965)	(419)	(1.550)	(1.164)
ISS	(51)	-	(738)	(125)
	810.701	545.645	1.643.306	1.183.627

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo das mercadorias vendidas	(565.089)	(397.870)	(1.133.179)	(841.657)
Salários e benefícios	(108.077)	(71.579)	(190.123)	(130.222)
Depreciação	(14.147)	(7.254)	(25.326)	(20.752)
Amortizações	(37.532)	(26.914)	(37.532)	(27.276)
Despesas com comissão de vendas	(24.907)	(19.972)	(53.711)	(32.915)
Despesas com brindes a clientes	(377)	(403)	(509)	(1.536)
Despesas com fretes e seguros	(16.306)	(12.870)	(35.040)	(31.943)
Serviços terceiros	(26.666)	(11.520)	(48.398)	(23.484)
Despesas tributárias	(2.020)	(996)	(5.174)	(4.886)
Despesas com manutenção e conservação predial	(6.893)	(4.258)	(15.037)	(9.033)
Receita de compartilhamento de despesas intragrupo	20.617	1.533	-	-
Demais despesas, líquidas	(8.851)	(14.903)	(15.073)	(18.396)
Ganho decorrente de compra vantajosa	11.361	-	11.361	-
Equivalência patrimonial	42.800	54.065	-	-
Total	(736.087)	(512.941)	(1.547.741)	(1.142.100)
Alocado a:				
Mercadorias adquiridas para revenda	(565.089)	(397.870)	(1.133.179)	(841.657)
Despesas de vendas	(43.374)	(33.278)	(95.638)	(71.594)
Administrativas e gerais	(153.911)	(106.087)	(276.139)	(192.209)
Despesas com depreciação e amortização	(14.147)	(7.254)	(25.326)	(20.752)
Amortização da mais valia	(37.532)	(26.914)	(37.532)	(27.276)
Outras (despesas) receitas operacionais	35.166	4.397	20.073	11.388
Equivalência patrimonial	42.800	54.065	-	-
	(736.087)	(512.941)	(1.547.741)	(1.142.100)

As bonificações recebidas de fornecedores por crescimento de volume de compras são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes bônus são pagos ou creditados.

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Varejo		Atacado		E commerce		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	1.359.764	954.230	198.137	160.389	85.405	69.008	1.643.306	1.183.627
Custos das mercadorias vendidas	(920.446)	(676.005)	(153.421)	(118.788)	(59.312)	(46.864)	(1.133.179)	(841.657)
Lucro Bruto	439.318	278.225	44.716	41.601	26.093	22.144	510.127	341.970
<i>Margem Bruta</i>	32,3%	29,1%	22,6%	25,9%	30,6%	32,1%	31,0%	28,9%
Despesas de vendas	(69.137)	(48.463)	(10.534)	(12.016)	(15.967)	(11.115)	(95.638)	(71.594)
Margem de contribuição	370.181	229.762	34.182	29.585	10.126	11.029	414.489	270.376
	27,2%	24,0%	17,3%	18,4%	11,9%	16,0%	25,2%	22,8%

O desempenho dos segmentos é avaliado pelo principal tomador de decisão de forma a acompanhar o desempenho comparativo das margens brutas e margens comerciais por segmento, haja vista que nossos atuais sistemas de informação nos permitem alocar, com precisão, receitas, custos e despesas de vendas por segmento. Na atual estrutura de gestão, despesas gerais, administrativas e financeiras são parte de um “pool” comum de despesas, sem critérios técnicos de associação direta aos 3 segmentos.

Na posição patrimonial, o item que deriva diretamente dos segmentos e pode ser quantificado são as contas a receber de clientes. Estoques e, em consequência, contas a pagar a fornecedores são comuns aos segmentos. Na logística, os centros de distribuição servem todos os segmentos em suas atividades de recebimento, guarda e entrega de produtos. Alguns outros ativos, como ativo imobilizado, direitos de uso de imóveis e ativo intangível, poderão ser associados a um ou outro segmento. Não obstante, é tão pequena a parcela dos ativos que poderiam ser diretamente relacionados aos segmentos, que tornaria a informação insignificante. Essa linha de julgamento justifica a ausência de segregação de ativos e passivos entre os segmentos.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	2.177	148	2.301	406
Juros de clientes	3.410	2.529	6.760	4.415
Descontos obtidos e correções monetárias	12.354	681	16.429	2.587
	<u>17.941</u>	<u>3.358</u>	<u>25.490</u>	<u>7.408</u>
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente - aquisição de controladas	(49.515)	(23.137)	(49.515)	(25.406)
Juros, multas e tarifas bancárias	(20.854)	(7.490)	(26.832)	(9.208)
	<u>(70.369)</u>	<u>(30.627)</u>	<u>(76.347)</u>	<u>(34.614)</u>
	<u>(52.428)</u>	<u>(27.269)</u>	<u>(50.857)</u>	<u>(27.206)</u>

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, por categoria, mensurados ao custo amortizado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	104.188	13.100	155.610	39.216
Contas a receber de clientes (Nota 6)	136.558	75.153	241.290	169.807
Outros créditos	11.193	920	19.662	6.302
Partes relacionadas (Nota 13)	28	10.024	-	-
	<u>251.967</u>	<u>99.197</u>	<u>416.562</u>	<u>215.325</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores (Nota 11)	136.462	52.443	220.105	135.886
Partes relacionadas (Nota 13)	58.026	94.887	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	328.714	290.094	323.320	289.652
Arrendamento a pagar (Nota 15)	41.074	19.698	71.432	54.349
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	189.722	-	189.722	-
Ações resgatáveis	15.551	15.551	15.551	15.551
	<u>769.549</u>	<u>472.673</u>	<u>820.130</u>	<u>495.438</u>

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras que são remuneradas por taxas de juros variáveis. Decorre também de algumas obrigações a pagar relativas à aquisição das empresas do Grupo União, que são atualizadas pelo CDI. Esse risco é administrado pela Companhia.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2020. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com aumento de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada deriva de análises de mercado e de estimativas internas elaboradas pela Administração da Companhia, e são demonstradas a seguir:

Indicador	Provável	25%	50%
CDI	4,50%	5,63%	6,75%

O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados em 31 de dezembro de 2020 é a sua elevação, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI é inferior ao saldo da obrigação a pagar relativa à aquisição das empresas do Grupo União e dos empréstimos e financiamentos, que também são atualizadas pelo CDI.

Abaixo, é apresentado o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses, considerando o cenário provável (CDI 4,50%), o cenário II (CDI 5,63%) e o cenário III (CDI 6,75%):

Controladora					
Transação	Risco	Saldo em 31/12/2020	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Impactos no resultado					
Aplicações financeiras (Nota 6)	Elevação do CDI	97.685	4.396	5.495	6.594
Contas a pagar por aquisição da União (Nota 14), bruto	Elevação do CDI	(30.711)	(1.382)	(1.727)	(2.073)
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	Elevação do CDI	(189.722)	(8.537)	(10.672)	(12.806)
		(122.748)	(5.524)	(6.905)	(8.285)
Consolidado					
Operação	Risco	Saldo em 31/12/2020	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Impactos no resultado					
Aplicações financeiras (Nota 6)	Elevação do CDI	138.843	6.248	7.810	9.372
Contas a pagar por aquisição da União (Nota 14)	Elevação do CDI	(30.711)	(1.382)	(1.727)	(2.073)
Debêntures simples (Nota 16)	Elevação do CDI	(189.722)	(8.537)	(10.672)	(12.806)
Impacto no Resultado		(81.590)	(3.672)	(4.589)	(5.507)

A Companhia vem aplicando seus recursos em instituições aprovadas pela Administração, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo, ou derivativos.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os seus níveis de endividamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora					
	2021	2022	2023	2024	Posterior	Total
Fornecedores	136.462	-	-	-	-	136.462
Contas a pagar por aquisição de controladas	156.702	34.588	37.984	46.178	104.277	379.729
Arrendamento a pagar	14.581	13.004	9.075	3.527	7.212	47.398
Empréstimos e financiamentos	1.467	37.623	37.623	37.623	98.002	212.338
Total	309.212	85.215	84.682	87.328	209.491	775.927

	Consolidado					
	2021	2022	2023	2024	Posterior	Total
Fornecedores	220.105	-	-	-	-	220.105
Contas a pagar por aquisição de controladas	156.702	34.588	37.984	46.178	104.277	379.729
Arrendamento a pagar	21.809	19.956	18.578	9.199	12.325	81.867
Empréstimos e financiamentos	1.467	37.623	37.623	37.623	98.002	212.338
Total	400.083	92.167	94.185	93.000	214.604	894.039

d) Gestão do capital social

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos empréstimos.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 14)	328.714	290.094	323.320	289.652
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	189.722	-	189.722	-
Ações resgatáveis	15.551	15.551	15.551	15.551
Dívida Total	533.987	305.645	528.593	305.203
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	104.188	13.100	155.610	39.216
Dívida Líquida	429.799	292.545	372.983	265.987
Patrimônio Líquido	590.827	431.948	590.827	431.948
Índice de endividamento líquido	0,73	0,68	0,63	0,62

e) Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais e de investimento, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens e direitos sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (informação não auditada):

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro compreensivo	Veículos Patrimonial /	100% Tabela Fipe	25/08/2020 a 25/08/2021
Cobertura básica D&O	Responsabilidade Civil Administradores	R\$108 milhões R\$30 milhões	25/08/2020 a 25/08/2021 01/09/2020 a 01/09/2021

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM OS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 2020

- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$14.703 e R\$29.318 respectivamente, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 9 e nº 15.
- Em Janeiro/2020, a Companhia adquiriu o controle da totalidade do capital das seguintes sociedades: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda. - Rondônia, Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda. - Amazonas, Rondobras Auto Peças Importadora e Exportadora Ltda. - Acre, Rondobras Autopeças Ltda - Roraima e Auto Peças Rondobras Peças Ltda. - Mato Grosso, sendo que:
 - R\$205.000 serão pagos em 6 parcelas anuais até 2026, sem atualização monetária. E o montante de R\$20.292, serão pagos em 3 parcelas anuais no período de 2023 a 2025, com atualização monetária pelo IPCA.
 - Na Controladora houve aumento em ativos e passivos em decorrência de incorporações de controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

Em 2019

- Na Controladora houve efeito de R\$15.203 decorrente de ajustes a valor presente de aquisição de controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.
- Na Controladora e no consolidado os efeitos de adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento Mercantil”, conforme nota explicativa nº 9.
- Na Controladora e no Consolidado houve adições nos saldos de direito de uso decorrentes da assinatura de novos contratos de arrendamento mercantil nos valores de R\$ 3.164 e R\$ 7.035 respectivamente, com contrapartida no passivo. Vide notas explicativas nº 9 e nº 15.

- Em abril de 2019, a União Participações S.A. adquiriu a totalidade do capital da BHZ Peças Ltda., sendo que:
 - R\$ 1.761 serão pagos em março de 2024, corrigidos pela IPCA. Vide nota explicativa nº 8.
 - Na Controladora houve aumento em ativos e passivos em decorrência de incorporações de controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 06 de janeiro de 2021, em reunião do Conselho de Administração e em Assembleia Geral Extraordinária foi discutido e deliberado a criação do 2º Plano de Opções com emissão, em conjunto com o 1º. plano de até 10.777.697 ações ordinárias, sem valor nominal. As opções tornar-se-ão potencialmente aptas para o participante considerando os seguintes critérios: (I) 50% das opções caso permaneça vinculado como Administrador, Executivo, Empregado ou Prestador de Serviços da Companhia e cumpra com os Prazos de Carência estabelecidos no Contrato de Opção; e (II) 50% das opções caso: (a) permaneça vinculado como Administrador, Executivo, Empregado ou Prestador de Serviços da Companhia e cumpra com os Prazos de Carência estabelecidos no Contrato de Opção; e (b) permaneça vinculado como Administrador, Executivo, Empregado ou Prestador de Serviços da Companhia na data de ocorrência de um dos Eventos de Liquidez.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2021, foi discutido e deliberado a conversão voluntária de 6.488.479 ações ordinárias de emissão da Companhia para ações preferenciais, na proporção de 1 ação ordinária para cada 1 ação preferencial. O resgate, pela Companhia, da totalidade das 6.488.479 ações preferenciais de emissão da Companhia pelo seu valor patrimonial com o consequente cancelamento destas ações, sem redução do capital social da Companhia, mediante a utilização de parcela da Reserva de Capital, no montante de R\$ 40 milhões, bem como a extinção da classe de ações preferenciais.

Em 16 de março de 2021 a Companhia captou empréstimo de R\$ 150.000 com o Banco Santander S/A para pagamento do Sellers Note e gestão de capital de giro. As garantias estão atreladas a parte de recebíveis da Companhia, há cláusulas restritivas (“Covenants”) a razão entre Dívida Líquida / EBTIDA deverá ser inferior ou a ou igual a 3,0 (três inteiros) em 2021 e 2022, e 2,5 x a partir de 2023. Sobre o saldo do principal incide-se juros anuais de 3,20% a.a. + CDI, com prazo total de 5 anos, sendo 1 ano de carência, com parcelas semestrais.

Em negociação realizada em 30 de março de 2021 a Companhia repactuou as condições da Cédula de Crédito Bancário. Os juros passaram a ser de 2,7497% a.a. + CDI, as demais condições permaneceram inalteradas, conforme Nota Explicativa nº 16.

No dia 22 de abril de 2021 a Companhia realizou a adesão de 2 débitos em fase de execução fiscal no âmbito do Programa Especial de Parcelamento de créditos tributários (PEP-ICMS 2020) instituído pelo Estado do Rio de Janeiro, cujo valor total do débito é de R\$ 14.220, tendo sido concedida anistia tributária pelo citado ente federativo no valor de R\$ 8.643, resultando em um desembolso de caixa R\$ 5.577.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi discutido e deliberado a conversão voluntária de 7.822.752 ações ordinárias de emissão da Companhia para ações preferenciais, na proporção de 1 ação ordinária para cada 1 ação preferencial. O resgate, pela Companhia, da totalidade das 7.822.752 ações preferenciais de emissão da Companhia pelo seu valor patrimonial com o consequente cancelamento destas ações, sem redução do capital social da Companhia, mediante a utilização de parcela da Reserva de Capital, no montante de R\$ 50 milhões, bem como a extinção da classe de ações preferenciais.

Em maio de 2021 uma ação judicial relacionada ao tema da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS teve sua modulação consolidada pelo STF - Supremo Tribunal Federal e este caso causou efeito de repercussão geral para outros processos de mesma natureza. No contexto da Companhia, parte relevante dos créditos origina-se de ações judiciais patrocinadas por ex-controladores de empresas adquiridas e, conforme dispositivos contratuais de compra e venda destas entidades, tais créditos pertencem a esses ex-controladores e serão creditados aos mesmos na rubrica “contas a pagar de aquisições por aquisição de controladas” quando a Companhia concluir o levantamento das bases de cálculo e documentações-suporte aplicáveis. Os créditos tributários oriundos dessas ações judiciais de período posterior a data de aquisição dessas sociedades serão creditados no resultado do exercício social a findar em 31 de dezembro de 2021. Saliente-se que a maior parte dos produtos vendidos pela Companhia enquadra-se na modalidade de substituição tributária – ICMS-ST e regime monofásico do PIS/COFINS, de modo que a tributação ocorre no primeiro elo da cadeia produtiva (fabricantes de autopeças).

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 2 de julho de 2021.
